

Economia em Debate

nº 276

(24/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Governo barra benefício de R\$ 15,5 bilhões a ruralistas

O Estado de S. Paulo - 26/06/2018

O governo reagiu às investidas do Congresso e decidiu cortar R\$ 15,5 bilhões em benefícios que haviam sido aprovados pelos parlamentares ao setor agrícola. A equipe econômica diz que falta dinheiro para bancar o programa, que previa a renegociação de dívidas de pequenos produtores rurais com descontos de até 95% no saldo devedor, diferença que seria bancada pelo Tesouro Nacional. Medida provisória foi editada para reduzir os abatimentos e restringir o alcance da repactuação dos débitos. O projeto original contemplaria produtores de todo o Brasil e teria custo de R\$ 17,1 bilhões só em 2018. Sem dinheiro em caixa, o governo já havia determinado aos bancos públicos que não efetuassem nenhuma repactuação com os produtores rurais. O deputado Afonso Florence (PT-BA) disse que a bancada pode questionar a constitucionalidade da medida do governo.

O governo reagiu às investidas do Congresso, que vem aprovando medidas que aumentam os gastos públicos, e decidiu cortar R\$ 15,5 bilhões em benefícios que haviam sido aprovados pelos parlamentares ao setor agrícola. A equipe econômica diz que falta dinheiro para bancar o programa, que previa a renegociação de dívidas de pequenos produtores rurais com descontos de até 95% no saldo devedor, diferença que seria bancada pelo Tesouro Nacional.

Uma medida provisória, com vigência imediata, foi editada para reduzir os abatimentos e restringir o alcance da repactuação dos débitos, alguns contratados há mais de uma década. O projeto original contemplaria produtores de todo o Brasil e teria custo de R\$ 17,14 bilhões só em 2018. Sem dinheiro em caixa, o governo já havia determinado aos bancos públicos que não fizessem nenhuma repactuação com os produtores rurais, ou teriam de arcar com o prejuízo, com antecipou, em maio, o Estadão / Broadcast.

Agora, a MP restringe o alcance apenas a pequenos produtores agrícolas do Norte e Nordeste, reduzindo o custo a R\$ 1,6 bilhão neste ano, condicionado à inclusão dessa despesa no Orçamento. “Não adianta a gente criar um programa que nem tem orçamento nem tem caixa para ser pago”, diz o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

Segundo apurou a reportagem, a área econômica avalia como minimizar o impacto de outras benesses concedidas pelo Congresso, como a ampliação dos descontos no parcelamento de débitos tributários (Refis) do Funrural – imposta por uma das bancadas mais influentes e que dá sustentação ao governo – e a criação do Refis para pequenas empresas.

O governo ainda deve encaminhar um projeto de lei para regulamentar a concessão de empréstimos subsidiados pelo Tesouro aos Estados para que eles quitem os pagamentos pendentes de precatórios (valores devidos pelo governo após sentença definitiva na Justiça). A previsão desses financiamentos foi incluída pelos parlamentares na Emenda Constitucional 99,

promulgada no ano passado. A equipe econômica já avisou, porém, que a regulamentação não significa acesso imediato à ajuda da União.

A renegociação das dívidas do setor rural e a ampliação de benefícios nos Refis trilharam o mesmo caminho: nasceram de mudanças feitas pelos parlamentares, foram vetadas pelo presidente Michel Temer e acabaram restabelecidas pelo Congresso, que tem poder de derrubar ou manter vetos presidenciais. O problema é que os vetos caíram sem que houvesse dinheiro previsto no Orçamento para bancar a conta.

Para bancar o Bolsa Caminhoneiro, a um custo de R\$ 13,5 bilhões, a equipe econômica precisou remanejar gastos e comprar briga com outros setores com poder de pressão ao cortar incentivos fiscais e tributários.

Um dos negociadores da inclusão do programa de renegociação das dívidas dos produtores, o deputado federal Afonso Florence (PT-BA) criticou a decisão e disse que a bancada pode questionar a constitucionalidade da medida do governo. Mansueto reconheceu que o Congresso poderá mudar o texto da MP durante a tramitação – o que tem sido comum nas propostas encaminhadas pelo governo por meio desse instrumento. Mas alertou que, caso isso aconteça, o Congresso vai ter de definir de onde virá o dinheiro para bancar a fatura.

“Não adianta a gente criar um programa que nem tem orçamento nem tem caixa para ser pago.” Mansueto Almeida

SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL

Investimentos diretos mantêm vigor no Brasil **O Estado de S. Paulo - 26/06/2018**

Apesar de incertezas quanto à evolução de sua economia, o Brasil continua a ser um forte polo de atração para o capital externo, contrariamente à tendência global de desaceleração de investimentos estrangeiros diretos (IED) para países em desenvolvimento. Relatório recém-divulgado da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) ressalta que o ingresso de IED no País registrou um crescimento de 8% em 2017 em comparação com 2016, atingindo US\$ 62,7 bilhões. Com isso, o Brasil passou do 7.º para o 4.º lugar no ranking daquela instituição dos maiores países destinatários de IED no mundo.

Os novos investimentos são direcionados principalmente para participação ou controle de empresas já em operação no País. Em passado recente, os maiores investimentos provinham de multinacionais com sede nos EUA ou na Europa, para modernização ou ampliação de filiais aqui já estabelecidas. Isso mudou, como exemplifica a queda de 40% nos investimentos no País em 2017 do setor automotivo.

Como destaca o relatório, verificase mais recentemente um agressivo avanço na América Latina de capitais provenientes da China. De fato, nove entre cada dez das maiores aquisições por parte de empresas estrangeiras no continente, em 2017, ocorreram no Brasil, sendo que em sete as compradoras foram companhias chinesas.

Isso foi provocado por um “boom” no setor elétrico brasileiro, carreando um total de US\$ 12,6 bilhões no ano passado. A maior parte desses recursos veio da estatal chinesa State Grid, que teve uma participação substancial nos leilões de linhas de transmissão de eletricidade e que adquiriu o controle da CPFL Energia.

Entre as áreas que mais despertam interesse do capital externo se sobressai a exploração de petróleo no pré-sal, cujas licitações têm atraído companhias de todo mundo. Segundo o relatório, o governo brasileiro espera arrecadar US\$ 30,2 bilhões com as licitações no pré-sal e mais US\$ 39,3 bilhões em royalties a serem pagos pelas companhias vencedoras ao longo dos anos.

Os técnicos da Untad não preveem que o quadro sofra grandes alterações em 2018. Mas, como em 2017, o Brasil permanece em boa situação, tendo ingressado no País US\$ 20,36 bilhões de IED no período janeiro-abril de acordo com dados do Banco Central.

Paralisação reduz produção industrial

O Estado de S. Paulo - 26/06/2018

A paralisação dos caminhoneiros que durou 11 dias no fim de maio afetou fortemente o desempenho da indústria nacional. De acordo com a Sondagem Industrial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a interrupção do fluxo de mercadorias reduziu a produção industrial, aumentou a ociosidade no setor e provocou acúmulo de estoques indesejados.

“O resultado foi claramente influenciado pela interrupção dos serviços de transportes terrestres em maio, que prejudicou o fluxo de insumos e mercadorias”, cita o estudo. Segundo a CNI, a produção costuma aumentar de abril para maio, como ocorreu entre 2011 e 2013 e em 2017 (este último influenciado pelo grande número de feriados em abril daquele ano).

No entanto, a crise no abastecimento não confirmou a tendência neste ano. O estudo mostra que o índice de evolução da produção caiu de 48,8 pontos em abril para 41,6 pontos, bem abaixo da linha divisória de 50 pontos da pesquisa. Na comparação com 2017, o índice de maio de 2018 é 12,2 pontos menor.

A Utilização da Capacidade Instalada ficou em 63%, com recuou de 3 pontos percentuais em relação ao mês anterior. “O percentual é o menor para o mês de toda a série histórica mensal, com início em 2011.”

O indicador de evolução dos estoques efetivos em relação ao planejado subiu para 53,3 pontos em maio. O índice varia de 0 a 100 pontos, valores acima de

50 pontos indicam que os estoques estão acima do planejado. A sondagem de maio foi feita entre 4 e 14 de junho com 2.204 indústrias – 920 pequenas, 780 médias e 504 de grande porte.

Programa para profissional autônomo tem efeito reduzido Valor Econômico - 26/06/2018

Voltado atualmente para profissionais autônomos com rendimento anual de até R\$ 81 mil, o Microempreendedor Individual (MEI) tem efeito positivo, mas pequeno sobre a formalização. Esse impacto é localizado para empreendedores com faturamento mais alto e se dissipa após alguns meses. Além disso, o trabalhador que vira MEI não vê sua renda crescer e o efeito líquido para a arrecadação de impostos é negativo, segundo estudo de economistas da Fundação Getulio Vargas (FGV) e de Oxford.

Segundo Rudi Rocha, professor da FGV, e um dos autores da pesquisa - ao lado de Gabriel Ulysea e Laísa Rachter -, o efeito mais concentrado para profissionais com maior faturamento acontece porque a taxa mensal de imposto, atualmente em cerca de R\$ 50, pesa mais para quem ganha pouco. Já o fato do aumento de formalização se dissipar após alguns meses pode estar relacionado ao fato de as pessoas talvez não verem benefício claro com a formalização.

"O único benefício que parece existir mais claramente é o subsídio para acesso a benefícios previdenciários", diz Rocha. Pela regra do MEI, profissionais cadastrados pagam contribuição previdenciária equivalente a 5% do salário mínimo. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado em janeiro estimou em até R\$ 608 bilhões até 2060 o desequilíbrio na Previdência gerado pelo subsídio ao MEI.

O incentivo previdenciário explica o efeito líquido negativo na arrecadação. "Se pessoas que já estão dispostas a se formalizar fazem isso através de um programa que subsidia aposentadoria, de fato a arrecadação tende a cair", afirma Rocha. Segundo ele, o ganho de formalização constatado no estudo veio mais da formalização de negócios informais já existentes do que da criação de novas empresas formais.

O professor da FGV avalia que o fato de o MEI ter efeito reduzido sobre a formalização é consistente com o resultado de outros estudos internacionais, que mostram que o que leva as pessoas a se formalizarem não é só a baixa taxação ou a facilidade de abrir uma firma, mas sim, terem vantagens com isso.

"No Brasil, uma grande parte das pessoas são empreendedores por necessidade ou oportunidade, para elas, a formalização não faz diferença, é mais um custo mensal, sem benefícios claros, pois a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho já é informal em várias outras dimensões", diz Rocha.

"Fase de sangue e lágrimas já passou", diz Meirelles

Valor Econômico - 26/06/2018

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles fincou os pés de uma vez por todas no MDB. No último fim de semana, o partido decidiu que o centro operacional da campanha será Brasília, cidade que abrigará o comitê central da campanha. O estúdio de televisão e toda a parte referente às redes sociais também ficará na capital da República. O slogan da campanha será "Chama o Meirelles" - frase que remete a sua escolha para presidente do Banco Central de Luiz Inácio Lula da Silva, e para comandar a política monetária, no governo Michel Temer, que o chamou para consertar o estrago da política fiscal de Dilma.

Com apenas 1% nas pesquisas, o candidato está disposto a financiar "integralmente" sua campanha - quantia que pode chegar a R\$ 70 milhões, de acordo com a legislação, se o MDB não entrar com algum.

Veja quando o pré-candidato Henrique Meirelles (MDB) fala sobre o problema da segurança no país

Na conversa com o Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor, Meirelles falou sobre economia: a fase de "sangue e lágrimas" já passou e o crescimento pode chegar a 4% no fim de seu primeiro mandato. Mas falou ainda do MDB, "partido que não tem dono", a legalização da maconha e do aborto, e união estável. Também deu nota aos adversários.

Leia abaixo trechos da entrevista:

Valor: Em suas viagens, o senhor tem sempre reiterado que é candidato. Ainda há dúvida sobre sua indicação?

Henrique Meirelles: Lembre que a primeira pessoa que quis que eu fosse candidato foi o senador Romero Jucá, presidente do partido. O próprio presidente Temer fez o lançamento do meu nome. Já fui aos Estados que têm o maior número de convencionais. Já fiz uma reunião em São Paulo, e Paulo Skaf está alinhado conosco. O diretório de São Paulo eu acho que está unido e o do Rio de Janeiro, em peso.

Valor: O que é o MDB do Rio de Janeiro? Sobrou alguém?

Meirelles: Eu trato com governador [Luiz Fernando] Pezão, com o deputado Leonardo Picciani [ex-ministro dos Esportes] e com as lideranças do Estado.

Valor: O MDB é muito dividido.

Meirelles: A vantagem e a desvantagem do MDB é exatamente que se trata de um partido regional. Presente no país inteiro e com lideranças regionais. Isso

sempre foi visto como um problema. Eu vejo como uma vantagem e uma oportunidade muito boa. Por quê? Exatamente porque está me dando a oportunidade de conversar não só com as lideranças mas com a base. Estou sentindo que o MDB está muito entusiasmado a ter um candidato próprio e se mobilizar para as eleições.

Valor: O MDB sempre quis candidato próprio e nem sempre teve. Hoje a situação é diferente?

Meirelles: Sim, inclusive porque todo o movimento começou com a pesquisa feita pelo partido, antes da minha filiação. Essa pesquisa opinou, por ampla maioria, ter candidatura própria. Entre os candidatos, eu liderei.

Valor: Com Temer na cédula?

Meirelles: Inclusive com o presidente. Foi uma pesquisa.

Valor: Os partidos se movimentam atrás de alianças, menos o MDB. A sigla está isolada ou é vítima das dificuldades de ser governo?

Meirelles: Não. Existem conversas sim. Mas o que há até agora, na realidade, é uma articulação tentando criar um bloco de centro para negociar. Agora isso já está tendo dificuldades, já estão rachados. Nossa estratégia é primeiro consolidar o MDB e, na etapa seguinte, negociar. Negociar pra valer, na hora certa.

Valor: Qual é a hora certa?

Meirelles: Julho. Valor: O senhor já tem o perfil dos partido da aliança?
Meirelles: Não estou pré-definindo aliados.

Valor: A atual base de apoio do governo?

Meirelles: Certamente, com todos os problemas. Os potenciais aliados não são os extremos. Tem o PP, o PR.

Valor: O DEM?

Meirelles: O DEM também vai ter que se posicionar. Se definir que de fato não vai ter candidato próprio, perfeitamente, vamos conversar. É um aliado excepcional.

Valor: Seus adversários dizem que o senhor é um financista insensível às demandas sociais. Como o senhor responde a essas críticas?

Meirelles: Isso é uma falácia. Um Estado quebrado não ajuda ninguém. E não é capaz de promover distribuição de renda e justiça social. Eu sou totalmente favorável ao aprofundamento e ampliação do Bolsa Família.

Valor: Mesmo durante o período em que se faz o grande ajuste?

Meirelles: Exatamente.

Valor: Então são necessárias políticas compensatórias para atravessar esse período?

Meirelles: Não é atravessar. O problema era atravessar a recessão que a Dilma criou. Só que já saímos dela. O ponto importante é não voltarmos à recessão. No momento em que o país começa a crescer, começam a acontecer várias coisas. Este ano foram criados 387 mil novos empregos, que é a melhor política social que existe. O Bolsa Família é complementar, importante. Mas para isso precisa haver arrecadação e a arrecadação que está subindo, em virtude da recuperação econômica.

Valor: O aumento da arrecadação é condicionante?

Meirelles: Não é condicionante. O que eu estou dizendo é o seguinte: o Estado quebrado não tem condições de fazer nada. O Estado em que a arrecadação sobe tem melhores condições inclusive de ampliar os programas sociais.

"Acho que a Justiça tem que fazer o seu trabalho de uma forma completamente independente e normal"

Valor: A impopularidade do presidente atrapalha a decolagem da sua candidatura?

Meirelles: Não ajuda nem atrapalha, porque o fato é que a população está tendo a sua situação pessoal - as pesquisas mostram isso - melhorando. E isto é que será o tema fundamental da campanha.

Valor: Qual sua opinião sobre a Operação Lava-Jato?

Meirelles: Acho importante fortalecer e solidificar a Lava-Jato. É importante que o país conclua esta fase de fortalecimento das instituições brasileiras.

Valor: O senhor diria que é um processo que tem de ser abreviado?

Meirelles: Eu acho que a Justiça tem que fazer o seu trabalho de uma forma completamente independente e normal. Eu sou contra a politização da Justiça.

Valor: Está ocorrendo?

Meirelles: Não, não está.

Valor: Mas o presidente da República e seu partido têm reclamado de exageros praticados por delegados, promotores e até juízes.

Meirelles: Em qualquer atividade humana pode existir erros, exageros. Eu não sou advogado e não estou engajado na defesa dele, portanto, não estou analisando este problema detalhadamente. Não é minha área de ação.

Valor: O senhor não saberia dizer se houve ou não exagero?

Meirelles: Ele [Temer] tem totais condições, pelo jurista que é e por ter excelentes advogados, de se defender, colocar os seus argumentos e apontar eventuais problemas.

Valor: É mensurável o efeito que a Lava-Jato teve sobre a economia?

Meirelles: Não vejo grandes efeitos na economia provocados pela Lava-Jato. O que eu vejo de efeito importante foi a política econômica equivocada do governo Dilma. Isso, sim, levou ao desemprego, inflação, crise econômica.

Valor: O senhor sancionaria uma lei de anistia a pessoas condenadas pela Lava-Jato?

Meirelles: Eu não tomo decisão antes da hora e não sento na cadeira antes da hora. Eu preciso primeiro ser eleito.

Valor: Que nota o senhor daria ao discurso já conhecido de seus adversários. Bolsonaro, por exemplo?

Meirelles: As propostas que ele faz merecem nota 1.

Valor: Marina Silva (Rede)

Meirelles: 2

Valor: Geraldo Alckmin?

Meirelles: Não sei muito disso também não. Tem boas propostas dos economistas dele, mas não vejo muitas propostas dele mesmo.

Valor: E o Alvaro Dias (Podemos)?

Meirelles: Não cheguei a avaliar as propostas do Alvaro.

Valor: Qual sua opinião sobre a liberação da maconha, união estável entre pessoas do mesmo sexo e da legalização do aborto?

Meirelles: Eu sou contra drogas de uma forma geral. Existe uma lei no Brasil, de 2006, que veta a prisão de usuários de maconha. Eu acho prudente a manutenção dessa lei. Primeiro porque eu sou sempre favorável a se seguir a lei. Segundo, o aprisionamento de usuários, principalmente jovens, faz com que o resultado seja negativo. Programas de reeducação, de prevenção, sou totalmente favorável.

Valor: União estável?

Meirelles: Acho que as pessoas têm o direito de proteger seu patrimônio e vivemos numa democracia. Também acho que as igrejas e movimentos específicos têm todo o direito de pregar contra, faz parte das liberdades individuais. Acho que isso não é uma coisa, por exemplo, de a escola forçar. As pessoas têm o direito de exercer as suas liberdades e defender os seus patrimônios.

Valor: E a legalização do aborto?

Meirelles: Eu sou favorável à vida, em primeiro lugar. Agora em condições específicas, definidas por lei.

Valor: Discussão de aborto é uma discussão de Estado?

Meirelles: Não, acho que não. De novo entramos na questão dos direitos individuais. Defendo também o direito de religiões, igrejas, de pregarem a seus fiéis não praticar o aborto. É legítimo isso.

Valor: Se o Congresso aprovar o aborto, o senhor veta ou sanciona?

Meirelles: Eu não sento na cadeira antes da hora.

Valor: O senhor usou, se referindo ao Estado, a expressão "quebrado". O Estado está quebrado?

Meirelles: Não.

Valor: Por que não?

Meirelles: O Estado está quebrado quando ele é incapaz de se financiar. O Estado brasileiro é solvente. Agora, se não fizermos a reforma da previdência, com o passar do tempo essa situação pode se complicar e chegarmos até, no limite, à insolvência. Não é algo a curtíssimo prazo. Isso aconteceu na Grécia e em Portugal.

Valor: Há cálculos de que sem a reforma da previdência a dívida pública chegaria a 100% do PIB em 2021; Uma dívida dessa proporção não vira um rasilho de pólvora que leva a insolvência?

Meirelles: Em primeiro lugar, não é certo que chega logo a 100%. Vai depender da taxa de juros, do prêmio de risco. E vai depender muito do resultado da eleição. O candidato populista, com propostas irresponsáveis, que eleve a visão de risco e uma expectativa de insolvência, aí, sim, pode ter um somatório: o governo gastando além do limite somado com prêmio de risco aumentando e juros aumentando. As duas coisas juntas, que está em algumas das hipóteses de trabalho, elevam a dívida a 100% do PIB.

Valor: O senhor acha que a discussão sobre o tamanho do Estado vai estar presente na campanha eleitoral?

Meirelles: Vai ocorrer sim, vou levantar essas questões. O eleitor se interessa mais pelo resultado disso. Ele quer saber se vai aumentar o emprego, se a inflação caindo e os juros tão caindo ou não. Não podemos ficar na discussão teórica da macroeconomia. Temos que ir aos efeitos e mostrar a população o que causou e o que causaria caso um candidato populista fosse eleito.

Valor: Ao que o senhor atribui, então, o fato do ex-presidente Lula liderar as pesquisas. Não teria, aí, uma saudade dessa política?

Meirelles: Estamos falando de duas coisas completamente diferentes. Não podemos esquecer de quem era o presidente do Banco Central do governo Lula. Era eu. Fizemos, nos dois mandatos, uma política monetária responsável, dura e que manteve a inflação controlada. A política fiscal foi muito contracionista e depois de 2008 foi expansionista. O que a população tem saudades não é da política econômica, mas da época que podia viajar mais, podia comprar uma televisão nova. Não é saudade do Lula, mas saudade do poder de compra. A aplicação da receita populista pela Dilma matou essa saudade. O que as pessoas querem de volta é o crescimento, o aumento da renda, inflação baixa, que não se teve no governo da Dilma. Tem uma outra maneira de enxergar a mesma coisa, que é o tema da minha campanha.

Valor: Qual?

Meirelles: Eu fui presidente do Banco Central por oito anos e o Brasil cresceu, gerou renda, gerou capacidade de consumo. Saí do governo, entramos em recessão. Voltei para o governo, o Brasil saiu da recessão e voltou a crescer. Então é uma questão de mostrar o efeito disso.

"À medida que se controla os gastos públicos e deixa mais recursos, o país cresce, o risco cai, gera-se mais emprego"

Valor: A recuperação da economia, porém, está lenta. Isso decorre da não aprovação da reforma da previdência ou das incertezas políticas?

Meirelles: Se a reforma da previdência tivesse sido derrotada, seria extremamente negativo. Mas o que houve foi o adiamento da votação. O que é decisivo para o arrefecimento da economia este ano, na minha opinião, é o crescimento de candidaturas populistas. Surpreendente seria o contrário, a economia continuar crescendo com o crescimento das candidaturas populistas.

Valor: Quando fala em candidaturas populistas, o senhor está se referindo ao Bolsonaro, Ciro Gomes...

Meirelles: Ao PT e, de certa maneira, ainda um pouco indefinida, às propostas econômicas da Marina. Ela tem bons economistas mas fala coisas

irresponsáveis como acabar com o teto do gasto e mexer na reforma trabalhista.

Valor: O senhor vai financiar integralmente a sua campanha?

Meirelles: Se necessário, sim. Estou preparado para financiar integralmente minha campanha, dentro da lei.

Valor: Esse é um compromisso seu com o MDB?

Meirelles: Não tem compromisso. Nunca levantaram esse assunto.

Valor: O senhor já tem um orçamento?

Meirelles: Ainda não.

Valor: O presidente Michel Temer vai participar da sua campanha?

Meirelles: Ele é presidente da República e compete a ele definir as suas prioridades. Na minha campanha as portas estão abertas para todos os apoiadores.

Valor: O senhor já conversou com ele sobre isso?

Meirelles: Não. Ele é presidente e sabe o que faz.

Valor: O MDB está procurando uma casa para o seu comitê de campanha. Pode-se dizer que Meirelles fincou pé de vez no PMB?

Meirelles: Sim. E o MDB fechou com o Meirelles.

Valor: Já acertou o marqueteiro?

Meirelles: Já. Temos um pré-acordo com o Chico Mendes. E definimos que o comitê e o estúdio técnico serão em Brasília.

Valor: Não há mais a hipótese de o senhor ou seu partido desistirem?

Meirelles: Não. Pelo partido, em tese, eu não posso falar. Mas a minha convicção é de que serei candidato do MDB. Já estou tomando decisões operacionais, viajando.

Valor: Como o senhor tem apenas 1% na pesquisa, qual é de fato a viabilidade da sua candidatura?

Meirelles: Eu tive que tomar a decisão de colocar meu nome à disposição do partido e entrar numa campanha eleitoral. É meu grande projeto de vida neste momento. A candidatura é mais do que viável e tenho convicção da vitória.

Valor: Por quê?

Meirelles: Fizemos pesquisas que mostram que os brasileiros esperam quatro características do próximo presidente: competência, experiência, honestidade e seriedade. Depois de ver todo histórico, essas são as características de Meirelles. A coincidência é de quase 100%. Então todas as pesquisas indicam que o potencial da minha candidatura é enorme. Desde que isso seja conhecido do eleitor. E isso será totalmente conhecido no programa eleitoral.

Valor: O senhor vai evitar ser confundido com governo Temer?

Meirelles: Não e isso não é algo que me preocupa. Me orgulho muito do que eu fiz no governo Temer, como me orgulho muito do que fiz no governo Lula. Eu nunca temi ser confundido com governo Lula e nem com Temer. Eu fiz o meu trabalho, fui bem-sucedido e prestei grandes benefícios para o povo brasileiro.

Valor: E o MDB foi a melhor escolha?

Meirelles: Estou convicto disso.

Valor: Mas é um partido todo enrolado na Justiça e o senhor vai ter que governar com ele.

Meirelles: Prefiro isso a estar em um partido que tem dono, em que eu tenha que estar sujeito a definições de duas ou três pessoas. O MDB é um partido nacional e reflete o Brasil.

Valor: Qual a diferença do seu programa com o programa do Alckmin?

Meirelles: Existe uma diferença fundamental, não só em relação ao Alckmin, mas a todos os candidatos do centro. Eu tenho resultados para mostrar, já estive no governo e fiz o que eu proponho.

Valor: Nos últimos 40 anos, na economia, fez-se de tudo um pouco, menos uma política fiscal responsável e duradoura...

Meirelles: Essa é a minha proposta. Temos que administrar as contas do governo, o dinheiro do povo, igual você administra a sua casa. Você joga dinheiro fora? Não. Você toma empréstimo para gastar e não quer saber em quanto está a sua dívida? Não.

Valor: Vai ficar claro para os eleitores que isso requer reformas e sacrifícios?

Meirelles: O ponto importante que tem que ficar claro é que à medida que se controla os gastos públicos e deixa mais recursos disponíveis para a população, o país cresce, o risco cai, gera-se mais emprego...

Valor: Entra no círculo virtuoso?

Meirelles: É. E é isso o que interessa.

Valor: Não é só sangue e lágrimas?

Meirelles: Estou oferecendo resultados. A fase de sangue e lágrimas já foi superada. Passamos por ela em 2015 e 2016. Agora é a fase do crescimento. Acho que no fim do primeiro mandato o Brasil poderá estar crescendo 4%.

Valor: Suas virtudes são exatamente o foco do ataque dos seus adversários. Sobre a PEC do teto, por exemplo, dizem que vai faltar dinheiro para saúde e educação.

Meirelles: Isto é falso. Ao contrário do que dizem os adversários, nós fixamos um piso para a saúde e antecipamos recursos para saúde e educação. Colocamos um piso e não um teto.

Simplex não elevou formalização das empresas, afirma estudo

Valor Econômico - 26/06/2018

O Simplex Nacional, programa que atualmente reduz a carga tributária e simplifica o recolhimento de impostos para companhias com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, não aumentou a formalização entre micro e pequenas empresas nos meses seguintes à sua criação, aponta estudo de economista do Banco Mundial. Artigos anteriores que sugeriam um avanço da formalização chegaram a esses resultados devido a equívocos metodológicos, conforme a nova pesquisa, o que seria um alerta aos gestores da política para a necessidade de novas avaliações de impacto, a partir de dados atuais.

Segundo o Orçamento para este ano, o governo deve abrir mão de R\$ 283 bilhões em renúncias fiscais, o equivalente a 3,97% do Produto Interno Bruto (PIB). A maior parcela desse montante é de longe o Simplex Nacional, representando 28% do total, ou quase R\$ 81 bilhões. A discussão sobre a eficiência das modalidades de renúncia ganha importância num momento em que, com rombo nas contas públicas, o país repensa incentivos que beneficiam empresas e setores restritos, às custas de toda a população.

Em artigo publicado em maio na revista "Journal of Development Economics", o economista Caio Piza analisa dois estudos anteriores sobre o impacto do Simplex na formalização das empresas - considerando como formais aquelas que têm licença de funcionamento expedida por Estado ou município. Utilizando uma mesma base de dados, a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf) do IBGE, de outubro de 1997, as publicações chegam a resultados distintos: uma aponta que o programa teria provocado aumento de 11 pontos percentuais na formalização, enquanto a outra achou efeitos positivos apenas para empresas do setor de varejo.

"Quando li esses artigos pensei 'não é possível dois estudos usando exatamente a mesma base de dados chegarem a resultados completamente diferentes'", afirma Piza, que trabalha em uma unidade especializada na avaliação de políticas públicas no Banco Mundial. Debruçando-se sobre a questão, o economista descobriu que uma diferença no mês considerado como início do Simples em cada um dos estudos explicava a discrepância.

Mas o especialista foi além e sugeriu uma nova forma de avaliar o impacto do Simples na formalização das empresas, com o objetivo de corrigir falhas metodológicas dos estudos anteriores. Como o artigo que apontou grande avanço na formalização comparava empresas criadas logo antes e logo depois de novembro de 1996 - mês da edição da medida provisória que deu início ao Simples -, Piza analisou o mesmo intervalo de tempo em 1993, 1994 e 1995, antes da criação do regime tributário diferenciado. Descobriu então que o ganho de formalização verificado na pesquisa mais antiga se devia quase todo a um efeito sazonal.

"O dado se comporta da mesma forma em novembro de todo ano, ou seja, o pico na criação de empresas formais logo após novembro de 1996 não pode ser atribuído ao Simples", diz Piza. "Minha contribuição é mostrar que o efeito de curto prazo do programa na formalização de micro empresas não existiu."

Segundo o economista, embora a análise seja restrita aos primeiros meses de vigência do Simples e não signifique que a política seja equivocada, serve de alerta aos responsáveis pelo programa e outras modalidades de renúncia fiscal. "Esse tipo de evidência serve para auxiliar os responsáveis pelo programa a descobrirem se a política funciona, se gera efeito sobre a formalização e se tal efeito compensa a renúncia fiscal, já que mais empresas formais levariam a maior arrecadação de impostos", diz Piza. "No curto prazo, isso não aconteceu, aparentemente. Precisaríamos revisitar a evidência usando dados atuais para verificar se o programa necessita de reformulação."

Conforme Piza, embora entusiastas do Simples costumem defender sua importância citando que "o índice de formalização no Brasil subiu de 42,7% a 56,6% nos últimos dez anos", esse dado nada diz sobre o impacto do programa, pois não se sabe qual teria sido a taxa de formalização na ausência do regime tributário diferenciado.

"Seria interessante verificar numa escala menor se esse tipo de política de fato tem o impacto que se espera antes de transformar isso numa legislação", sugere, citando o uso de experiências-piloto na definição de políticas públicas, uma tendência internacional crescente. No caso de um programa em estágio avançado, como o Simples, é possível fazer pequenas alterações no desenho da política, que permitiriam avaliar se ela tem efeitos que compensem o custo fiscal.

Focus espera expansão de 1,55%

O Globo - 26/06/2018

Pioraram as expectativas do mercado para a economia, segundo o Boletim Focus, apurado pelo Banco Central junto às principais instituições financeiras, divulgado ontem. Pela oitava semana seguida, os analistas reduziram a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano: de 1,76% para 1,55%. Para 2019, a previsão foi de 2,60% para 2,70%.

Já as projeções para a inflação subiram pela sexta semana consecutiva. Agora, espera-se que o IPCA fique em 4% em 2018, ante 3,88% na semana anterior. Para o ano que vem, continua 4,10%. Já as estimativas para o dólar no fim deste ano passaram de R\$ 3,63 para R\$ 3,65; para 2019, permanece em R\$ 3,60.

Greve dá folga de R\$ 14 bi ao governo

O Globo - 26/06/2018

A greve dos caminhoneiros, que paralisou as principais rodovias do país por dez dias, fará com que o próximo governo tenha uma folga de até R\$ 14 bilhões para cumprir a regra do teto de gastos no ano que vem. O cálculo é do secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e foi feito com base na inflação do período.

Pela legislação em vigor, as despesas do governo não podem crescer mais do que a inflação do ano anterior. Se a inflação sobe, como foi o caso da greve dos caminhoneiros, aumenta o espaço para gastar. O indicador usado nessa conta é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período de 12 meses, vencidos no mês de junho.

— Quando o governo vai elaborar o Orçamento, faz isso com base na inflação acumulada em 12 meses até junho. Como a inflação terá um repique em torno de um ponto percentual por causa da greve, será aberto um espaço fiscal para o próximo governo entre R\$ 13 bilhões e R\$ 14 bilhões — explicou o secretário.

Técnicos da equipe econômica estimam que, com isso, a despesa discricionária prevista para o ano que vem pode aumentar de R\$ 98 bilhões para algo entre R\$ 109 bilhões e R\$ 113 bilhões. A previsão é que o impacto da greve na inflação seja minimizado ao longo deste ano. Cálculos iniciais apontam que o índice oficial de inflação, o IPCA, de 2018 pode subir de 3% para até 3,3%.

O governo espera que o impacto na inflação seja temporário. Espera-se que o indicador volte ao normal até o fim deste ano. Mas o cálculo do teto de gastos sentirá mais, por ter esse recorte em junho. NOVA MP PARA PRODUTOR RURAL A equipe econômica avalia que, mesmo com um novo patamar para as despesas discricionárias no ano que vem, as contas públicas continuam

sufocadas pelos gastos obrigatórios. Na tentativa de resolver ainda este ano um dos problemas que apertam o Orçamento, o governo enviou ontem ao Congresso Nacional uma medida provisória (MP) com novas regras para a repactuação das dívidas dos produtores rurais. Segundo Mansueto, o impacto nas contas públicas cairá dos R\$ 17 bilhões previstos inicialmente para algo entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões.

A queda nesse montante se deve ao fato de o texto encaminhado excluir os grandes produtores e só permitir o abatimento das dívidas de pequenos produtores das regiões Norte e Nordeste.

A nova MP foi uma resposta do governo à lei aprovada no Congresso que previa, além do parcelamento de dívidas do Funrural, desconto de até 95% dos saldos devedores e débitos com bancos públicos, agências de fomento, Embrapa e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Planalto chegou a vetar vários pontos, mas os vetos foram derrubados pelos parlamentares, em uma das grandes derrotas do governo no Congresso neste ano. Mesmo os parlamentares da base não se movimentaram para impedir que a lei fosse aprovada com todas as concessões aos produtores.

— Os vetos que foram derrubados pelo Congresso abarcavam todo o Brasil e diversos produtores rurais, pequenos, médios e grandes. Essa MP reduz substancialmente esse custo fiscal. Agora, essa renegociação, esse abatimento no valor da dívida, é restrito a pequenos produtores agrícolas, apenas nas regiões Norte e Nordeste — explicou o secretário. **MUDANÇA BENEFICIA PEQUENOS** Mansueto admitiu que a MP poderá ser mudada novamente no Legislativo. Mas lembrou que, se houver alterações, com elevação do impacto fiscal, o próprio Congresso terá de apontar uma fonte de recursos para o programa. Em maio, sem ter como comportar o gasto de R\$ 17 bilhões, o Ministério da Fazenda chegou a enviar um comunicado para os bancos públicos, determinando que nenhuma dívida fosse renegociada, alegando que não havia espaço orçamentário para arcar com o rombo.

— Na política pública, existe a previsão orçamentária e financeira. Não adianta a gente criar um programa que nem tem orçamento, nem caixa, para ser pago. A queda dos vetos causou esse problema: um custo potencial de R\$ 17 bilhões, que não tinha previsão orçamentária nem financeira — disse Mansueto.

Ele destacou ainda que a nova MP tem como público potencial aquele ligado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), voltado para o Norte e o Nordeste. Em geral, o Proagro abrange pequenos produtores. E frisou que esse foi o principal argumento usado pelos parlamentares para derrubar os vetos do governo:

— A intenção de muitos deputados que votaram para a derrubada dos vetos era justamente beneficiar os pequenos produtores dessas duas regiões. Então, essa MP atende bem à preocupação original do Congresso.

O secretário ressaltou ainda que, se os parlamentares alterarem a MP, terão de definir a fonte de recursos.

CNI defende mais privatizações na infraestrutura **O Globo - 26/06/2018**

Em estudo que será entregue aos candidatos à Presidência da República, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende um amplo processo de privatizações para modernizar a infraestrutura no Brasil. De acordo com o documento, a modernização demanda um esforço de cerca de 20 anos. A CNI calcula que o país investe cerca de 2% do PIB em infraestrutura, mas necessita aportar ao menos 4,15%.

Para a CNI, o histórico de baixo investimento em infraestrutura no Brasil está diretamente associado à capacidade limitada de execução do Estado. Os recursos arrecadados pelo governo são, em grande medida, gastos em transferências e despesas correntes, afirma a entidade, e a rigidez orçamentária comprime o dinheiro voltado para a infraestrutura.

Para viabilizar as privatizações da infraestrutura, a organização entende ser necessário mitigar os riscos legais, contratuais, regulatórios e relativos ao ambiente de negócios, além de criar um quadro legal que proporcione confiança e estabilidade. A CNI considera prioridades a privatização das Companhias Docas e dos aeroportos da Infraero; a continuidade do programa de concessões de rodovias e companhias estaduais de saneamento; e a desestatização da Eletrobras.

Previdência com teto menor **Correio Braziliense - 26/06/2018**

Caso Ciro Gomes (PDT) vença a eleição presidencial, as apostas são de que Mauro Benevides Filho torne-se o ministro da Fazenda. Economista pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor pela Vanderbilt, nos Estados Unidos, ele, há 12 anos, é secretário de Fazenda do Ceará em governos de diferentes partidos, atualmente com o petista Camilo Santana.

Benevides e Ciro têm pressa. Não querem esperar a eleição. Para a Previdência, eles vão propor até o fim de julho um plano detalhado, com a redução do teto, atualmente em R\$ 5.645,80, para algo em torno de R\$ 4 mil. Os trabalhadores, incluindo servidores, teriam direito também a uma conta individual de fundo de pensão, que receberia contribuição do empregador. Com isso, diz ele, será possível ao aposentado receber mais que o teto atual e, ao mesmo tempo, reduzir o peso para as empresas.

Mesmo que isso seja aprovado, os efeitos na melhora das contas públicas vão demorar para aparecer, mas o economista promete reduzir o déficit primário, de R\$ 124 bilhões em 2017, em apenas dois anos. “Não existe social sem

quadro fiscal ajustado”, afirma. Benevides pretende, por exemplo, eliminar 15% da renúncia fiscal que existe hoje, o que reduziria o déficit público em R\$ 45 bilhões. A distribuição de lucros e dividendos passaria a ser taxada, proporcionando outros R\$ 49 bilhões. E seria criada a Contribuição sobre Grandes Movimentações (CGM), um tributo semelhante à CPMF, mas só para transações superiores a R\$ 5 mil. Heranças e doações passariam a pagar mais impostos, o que, nas contas dele, levaria mais R\$ 18 bilhões para os cofres da União e R\$ 16 bilhões para os dos estados.

Como será a proposta de Ciro Gomes para a reforma da Previdência?

Estamos discutindo um sistema com três pilares, que deverá ser anunciado em uma ou duas semanas. O primeiro pilar será de assistência social, com LOAS, BPC e renda mínima variável. Vamos pegar quem não contribuiu para o INSS e incluir nesse pilar assistencial, que será bancado pelo Tesouro Nacional. Como não houve contribuição, a responsabilidade não será da Previdência Social. O segundo pilar será diminuir o regime de repartição, porque ele não se sustenta mais, devido à demografia. A relação das pessoas ativas para manter um inativo, que antigamente era seis e hoje é 1,5 no serviço público. Além disso, a expectativa de vida é maior. Antes era de 60 anos e hoje é de 73, e vai crescer. Portanto, para resolver o problema previdenciário, é preciso sair para o regime de capitalização de contas individuais. Esse vai ser o nosso terceiro pilar. Nossa proposta para o regime de repartição é reduzir o teto, de R\$ 5,6 mil para um valor menor, que ainda estamos discutindo. Vamos fazer uma convergência dos dois sistemas de aposentadoria, público e privado.

E militares? Eles entram também?

Não nessa primeira etapa. Vão entrar os 840 mil funcionários federais. A proposta atual de reforma teve muita ênfase apenas no Regime Geral (o INSS). O déficit no regime próprio (dos servidores) é de R\$ 90 bilhões, e o do INSS é de R\$ 182 bilhões, mas o governo esquece que os estados têm déficit de R\$ 100 bilhões. Portanto, se somado com os R\$ 90 bilhões, o déficit (da Previdência pública) é maior do que os R\$ 182 bilhões. E é onde estão os maiores salários. Enquanto a renda média do sistema de aposentadoria do INSS é de R\$ 1,2 mil, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm benefícios de R\$ 10 mil para cima.

Mas os servidores que ingressaram em 2013 não estão mais nesse regime e precisam contribuir para o Funpresp.

Os novos servidores já entram em até R\$ 5,6 mil, teto que será rebaixado, para o que for, e, obviamente, estão lá no Funpresp, porque aí não tem mais a paridade. Mas ainda temos um problema em relação aos que entraram antes de 2013. Nesse caso, vamos propor um estímulo, talvez pelo Imposto de Renda, para que eles migrem de regime e vão para a capitalização.

Haverá uma idade mínima?

Terá idade mínima no sistema de repartição. No caso da capitalização não é necessário, porque o que vai determinar é tempo de contribuição. Mas isso estamos ajustando. Em tese, é para ter. No entanto, definimos que tenha pelo menos duas idades mínimas, conforme a atividade. O carvoeiro do Pará não

tem a mesma expectativa de vida de quem trabalha na Av. Faria Lima, em São Paulo.

Serão vários fundos ou um fundo só?

Tem gente que defende separar o fundo do trabalhador da iniciativa privada do RPPS, mas há quem defenda um fundo só. Isso potencializa a queda da taxa de administração e as taxas de rendimento.

Qual será o efeito fiscal dessa proposta?

O efeito será macroeconômico, e não só atuarial. Além de resolver o problema fiscal, será possível gerar poupança dentro do sistema para financiamento de médio e longo prazos.

Como fazer o ajuste fiscal e melhorar o resultado primário das contas públicas?

Para fazer o ajuste fiscal, primeiro, é preciso explicar melhor para as pessoas o que é isso. A maioria só vende corte, corte, corte. Mas ajuste fiscal é dotar o Estado de condições para atender as demandas da população. É reestruturar o processo educacional, é ter dinheiro para fazer melhor atendimento na área de saúde, é reforçar a estrutura de segurança pública, então, ajuste fiscal não é um fim nele mesmo. É deixar o Estado com condições para investir. Pela nossa proposta, é possível reduzir o deficit em dois anos.

Tem uma coisa que o Ciro fala que assusta o mercado, que o Banco Central vai ter meta de inflação e de emprego, algo que ocorre em países onde a inflação não é mais um problema.

Mas na Alemanha é assim. Isso tem no mundo inteiro. Se o governo conseguir resolver o problema fiscal, é preciso ter simultaneidade. Se o BC tivesse considerado o emprego, a inflação não teria ficado abaixo do piso da meta em 2017. Hoje, o mercado acha que o BC foi muito ortodoxo, errou no calibre.

Mas o que vocês admitem como inflação? É possível admitir inflação no teto da meta?

Trabalharemos com a meta. O que foi acordado com o Congresso e a sociedade foi cumprir a meta. Não tem flexibilização de meta. Meta estabelecida é para ser cumprida. Ciro já disse que vai perseguir a inflação, obviamente, levando em conta o emprego.

E qual seria a meta de emprego?

Ainda não vamos antecipar isso. O importante é o conceito.

O senhor critica o teto de gastos. A solução seria acabar com ele?

Não. Tem que fazer o que fiz no Ceará, desculpe a falta de modéstia. Tem que tirar investimento, controlar o pessoal e a Previdência. Manuel Pires, um colega da Fundação Getúlio Vargas, pesquisou o investimento público de 1947 a 2017, e o resultado é o menor índice do período. Estão assassinando o país, dizendo que essa Emenda Constitucional 95 controla os gastos, mas não está controlando nada. O gasto com Previdência está aumentando!

Quais serão as políticas para a taxaço de heranças e doações?

No Brasil, é até 8%. Mas, só quatro estados têm 8%, o restante usa a taxa de 4%. Então, o que vai acontecer? Vamos supor que o imposto de heranças e doações consiga ser aprovado em 20%. Isso tudo para o rico. É imposto sobre herança de R\$ 40 milhões, por exemplo. Pode tirar a classe média e baixa disso, isso é para quem tem dinheiro.

O senhor propõe recuperar o CPMF?

Está em análise. Só que esse nome não pode sequer ser falado. Porque o cara que passava um cheque de R\$ 50 pagava imposto. Mas existe uma Contribuição sobre Grandes Movimentações (CGM), que retira 86% da população brasileira do tributo. O percentual seria o mesmo, de 0,38%. Mas essa CGM seria para grandes movimentações — o que retira a classe média e a classe baixa.

Seria aplicada em transferências acima de quanto?

Cinco mil reais. A previsão é essa. Não estamos interessados em pequenos saques, mas em grandes movimentações. Creditou salário na sua conta, não paga nada.

E os demais tributos?

Sou a favor da criação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). O IVA pressupõe o princípio do destino, fica com o imposto quem paga. Hoje, parte fica com o estado produtor, parte com o estado consumidor. Outra coisa que vamos fazer é reduzir o PIS/Cofins e o ICMS.

E as taxas de juros?

O setor privado vive algo muito grave: a rentabilidade do negócio é inferior ao custo de tomar dinheiro no sistema bancário brasileiro. As empresas do Brasil estão muito endividadas. A informação que tenho é que é possível, até dezembro, os bancos colocarem créditos de R\$ 600 bilhões no mercado. Dois bancos disseram que isso está em provisionamento. É muito grave. O Brasil tem muita concentração bancária, cinco bancos detêm 83% das transações.

O senhor está muito liberal para um candidato de esquerda...

Não existe social sem fiscal adequado, pode escrever. Não existe política social sem um quadro fiscal ajustado.

Investimento de capital estrangeiro cai quase R\$ 20 bilhões em 12 meses

DCI - 26/06/2018

Os investimentos diretos no país (IDP) acumularam US\$ 61,8 bilhões nos últimos 12 meses até maio, o que equivale 3,07% do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, este montante foi menor do que em igual período de 2017, quando somou R\$ 80,5 bilhões (4,24% do PIB).

Segundo o relatório de estatísticas do setor externo divulgado ontem (25) pelo Banco Central (BC), o IDP permanece como principal fonte de financiamento do balanço de pagamentos.

Mas, para o professor de Economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec/SP), Walter Franco, a diminuição dos investimentos é um fator preocupante, uma vez que equilibra todas as contas externas do País. “Essa queda reflete a incerteza política em relação às medidas econômicas que poderão ser adotadas pelo próximo governo, um investidor cauteloso até as eleições e a não retomada do crescimento como era esperado”, explica Walter ao DCI.

Segundo o professor, a diminuição das aplicações deverá ser maior no segundo semestre deste ano. “Para este segundo semestre não vejo grandes mudanças significativas na balança, que deverá se manter no mesmo patamar. A maior apreensão é com o investimento direto. O governo deverá contar cada vez menos com essa parcela como financiadora. O Brasil vai ter que apresentar resultados melhores para compensar essa queda”, diz.

“Os investimentos externos vêm registrando resultados piores do que se previa no começo do ano. Com o setor privado nacional travado em investimentos, o investidor estrangeiro tende a ter uma cautela maior. Na medida em que temos resultados piores, ficamos à mercê do investimento financeiro, fazendo com que a entrada de capital especulativo tenda a ser maior, o que, com o cenário internacional competitivo e o Ibovespa operando em queda, não nos beneficia”, acrescenta o professor dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin.

Para o coordenador dos cursos de graduação de Administração, Gestão Financeira e Processos Gerenciais da Faculdade Fipecafi, Estevão Garcia de Oliveira Alexandre, o País ainda será atrativo para investidores externos com a proximidade das eleições. “Essa queda acentuada nos investimentos começou no final do ano passado, e se deve às questões políticas. Mas com taxa básica de juros na sua mínima histórica, a tendência é que o investimento volte a subir, conforme o cenário fique mais definido”, comenta.

Transações correntes

A conta de transações correntes, um dos principais indicadores do setor externo brasileiro, registrou um superávit 73,9% menor em maio deste ano do que no mesmo mês de 2017. O superávit de maio de 2018 foi de US\$ 729 milhões, contra US\$ 2,751 bilhões no ano passado.

Segundo o professor Walter Franco, maio foi atípico devido à paralisação dos caminhoneiros, que teve efeito nos resultados. “As transações correntes no mês apresentaram muita volatilidade. As exportações ficaram baixas e não foram tão expressivas quanto o esperado em decorrência da greve, o que afetou o balanço final”, explica o especialista.

Em maio, as exportações somaram US\$ 19,2 bilhões. Foi a primeira queda na relação anual desde dezembro de 2016. Em igual mês de 2017, as compras externas foram de US\$ 19,7 bilhões.

A conta de transações correntes é formada pela balança comercial (comércio entre Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do País para o exterior). No acumulado até maio, as contas externas registraram déficit de US\$ 4,022 bilhões.

Expectativa do comércio tem nova queda, aponta Fundação DCI - 26/06/2018

A expectativa dos comerciantes paulistas sobre o futuro das vendas registrou uma nova queda em maio, de acordo com levantamento divulgado ontem (25) pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).

O Índice Futuro, que aponta a tendência para os negócios nos próximos meses, caiu pela quarta vez consecutiva no mês passado. Desta vez, o recuo foi de 6,1%, levando o cálculo a 146,02 pontos, bem abaixo do pico deste ano, atingido em janeiro (160,15 pontos).

Os dois componentes perderam força no período: o Índice Futuro-Vendas recuou 6,4% na comparação com o mês anterior, enquanto o Índice Futuro-Encomendas, apresentou variação negativa de 5,8%.

Segundo o porta-voz do estudo, a tendência é que o Índice-Futuro tenha novas quedas durante os próximos meses. Isso porque as eleições brasileiras e o aumento da taxa de juros pelo banco central dos Estados Unidos (FED) devem manter a incerteza dos empresários, ao menos no curto prazo.

“As projeções para a economia brasileira e para o cenário externo eram bastante favoráveis no começo deste ano. Mas a situação mudou nos últimos meses e, hoje, não há no horizonte uma tendência de melhora das expectativas para as vendas”, afirma Erivaldo Costa Vieira, professor de economia da Fecap.

O especialista pondera que, apesar de os negócios estarem mais fracos do que o esperado, houve um aumento das vendas durante este ano. Esse movimento foi captado pelo Indicador Momento Atual dos Negócios, também parte do levantamento divulgado ontem pela Fecap, que subiu 1,6% em maio. Já o Índice Momento Atual das Encomendas apresentou leve queda, de 0,7%, em relação a abril.

Retrato de São Paulo

Realizada com 300 empresas do estado, a análise mostrou que as perspectivas em relação ao futuro dos negócios são as mesmas na capital e no interior de São Paulo. “É igual o cenário notado pela pesquisa em toda a região”, afirma Costa Vieira.

No recorte por segmento, entretanto, devem ser vistos resultados diferentes, afirma Guilherme Dietze, assessor econômico da FecomercioSP.

Ele destaca os setores supermercadista e de farmácias e perfumarias. “São segmentos que caíram pouco durante a crise econômica e devem avançar nos próximos meses.”

Por outro lado, concessionárias de veículos e vendedores de eletrodomésticos podem encontrar um cenário mais complicado neste ano. “Setores dependentes de importações acabam prejudicados pela valorização do dólar”, explica Dietze.

A FecomercioSP projeta uma alta de 5% para as vendas de todo o comércio paulista em 2018. “Se esse aumento for confirmado, vai ser repetido o patamar registrado em 2013, antes da recessão”, afirma Dietze.

Petrobras pode reverter no Supremo decisão do TST Valor Econômico - 26/06/2018

Apesar de não ser um caminho rápido e fácil, especialistas veem grandes chances de a Petrobras conseguir rediscutir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da última quinta-feira, que condenou a companhia a arcar com um débito de R\$ 17 bilhões. Além da questão processual, há advogados que, em razão de precedentes recentes do Supremo, creem na possibilidade de a empresa reverter a derrota.

Os ministros do TST, por um voto de diferença, condenaram a estatal a corrigir as remunerações de milhares de trabalhadores, entre ativos e aposentados. O que se questionou foi a fórmula de cálculo do complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR), estabelecida em acordo coletivo em 2007.

"O histórico de revisões recentes de decisões do TST pelo Supremo sinaliza a possibilidade de os ministros reverem a decisão da Petrobras", afirma o advogado Daniel Chiode, sócio do Chiode Minicucci Advogados. Ele acredita que o caso tem todos os requisitos necessários para ter a repercussão geral reconhecida pelo Supremo e o debate constitucional necessário, como o artigo 7º inciso XXVI - que reconhece a validade das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Para recorrer ao STF, como já informou publicamente, a Petrobras após publicação do acórdão do TST deverá apresentar recurso extraordinário (RE),

que precisa ser admitido pelo vice-presidente da Corte trabalhista. Se negado, o caminho é apresentar embargos ao Supremo. É um percurso difícil, segundo advogados, pois a companhia terá que mostrar ao STF de antemão que o caso tem repercussão econômica, política, social ou jurídica. Além disso, que há ofensa à Constituição Federal.

A professora da FGV Rio e advogada Juliana Bracks, de escritório que leva seu nome, avalia que o ponto principal da discussão deverá ser a valorização ou não das normas coletivas, consagradas pela Constituição. Ela lembra que em 2015 o Supremo, em um caso (RE 590415) sobre Plano de Demissão Incentivada (PDI) do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), decidiu que deveria prevalecer o que foi acordado em convenção.

Em seu voto, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou na época, dentre outros pontos, que "quando os acordos resultantes de negociações coletivas são descumpridos ou anulados, as relações por eles reguladas são desestabilizadas e a confiança no mecanismo da negociação coletiva é sacrificada".

Em 2016, segundo Chiode, o Supremo reformou outro julgamento do TST (RE 895759) para fazer prevalecer o que estabelecia a norma coletiva. Para ele, esses casos, apesar de diferentes, poderiam ser utilizados como precedentes pela Petrobras por ter como pano de fundo a discussão sobre a validade das negociações coletivas.

"O STF tem dado mostras de valorizar a negociação coletiva tal qual previsto no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição, afirma o advogado Gabriel Santoro, do escritório RL&AC.

O advogado Aldo Martinez Neto, do Santos Neto Advogados, entende que conta contra a Petrobras, no entanto, uma decisão plenária do Supremo de março de 2015 (ARE nº 859.878). Os ministros analisaram na época um recurso da estatal contra decisão que beneficiava um funcionário exatamente nesse contexto da base de cálculo para a apuração do complemento RMNR. Por maioria, entenderam que não se tratava de matéria constitucional.

Os ministros consideraram que a discussão versava sobre a interpretação de cláusula contratual e aplicaram a Súmula 454 - que veda a análise de recurso quando análise é de simples interpretação de cláusula. "O acórdão ainda não foi publicado. Mas se o voto condutor tratar como matéria de fundo a eficácia da convenção coletiva e o princípio da isonomia, que são questões constitucionais, ficará difícil para a Petrobras levar essa discussão ao Supremo. Pode esbarrar na Súmula 454", diz.

Ele chama a atenção, por outro lado, para os efeitos econômico-financeiros gerados a partir da decisão do TST. "Talvez se possa levar pelo lado de ponderação dos direitos fundamentais que estariam envolvidos com a repercussão econômica. Seria um viés mais político", complementa o advogado.

Número de acordos trabalhistas cai 74% e reajustes estão menores

Valor Econômico - 26/06/2018

As negociações entre patrões e empregados continuam travadas, passados mais de seis meses da entrada em vigor da reforma trabalhista. Segundo dados do boletim Salariômetro da Fipe, foram 4,1 mil negociações concluídas e protocoladas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos cinco primeiros meses de 2018, contra 15,6 mil em igual período de 2017, numa queda de 74%. O recuo foi mais intenso para convenções (-84%), válidas para toda uma categoria, do que para acordos coletivos (-72%), que são fechados por empresa.

Segundo Helio Zylberstajn, professor da FEA-USP e coordenador do Salariômetro, são três os principais motivos para as dificuldades dos sindicatos patronais e de trabalhadores em fechar acordos este ano. O primeiro deles é que os aumentos salariais são pequenos e estão ficando menores, porque o efeito provocado pela queda brusca da inflação no ano passado se dissipou. "Agora, os reajustes ficam acima da inflação, mas muito pouco, e isso já é uma dificuldade para fechar o acordo", afirma.

Em maio deste ano, o reajuste nominal mediano foi de 2,5%, contra inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 1,7%, representando um ganho real de 0,8%. Em maio de 2017, o reajuste mediano havia sido de 5%, ante inflação de 4%, num ganho real de 1%. Apesar do ganho real estar em patamar parecido, os reajustes nominais menores enfrentam maior resistência pelos trabalhadores.

Dos reajustes de maio, 79,8% ficaram acima da inflação, 16% conseguiram ao menos repor a carestia e apenas 4,1% foram abaixo do INPC. No ano de 2018, o percentual de reajustes acima da inflação está em 84,6% e, em 12 meses até abril, em 82,4%.

Os outros dois motivos para a dificuldade em fechar negociações estão relacionados à reforma trabalhista. Um deles é a questão da contribuição sindical - pela nova lei, o desconto passou a depender de autorização prévia e expressa dos empregados, deixando de ser obrigatório o desconto automático de um dia de salário em folha.

Conforme Zylberstajn, alguns sindicatos têm optado por retirar essa questão das negociações, indo diretamente à Justiça com mandados de segurança. Mas outros tem insistido em incluir nas negociações uma cláusula para permitir a cobrança de todos os trabalhadores, mediante decisão em assembleia. "Do ponto de vista jurídico, isso traz muita insegurança para a empresa e se torna uma dificuldade para fechar acordos", diz o pesquisador.

Por fim, o que explicaria a maior dificuldade em fechar convenções do que acordos coletivos é que os sindicatos patronais têm tentado retirar das negociações que valem para toda uma categoria algumas cláusulas que garantiam direitos aos trabalhadores. Na negociação entre professores e escolas particulares de São Paulo, por exemplo, com data-base em março, o acordo só foi fechado em junho, devido à tentativa das empresas de mudar diversas cláusulas da convenção.

Em seis meses, demissões por acordo aumentam quase 150% no país

O Globo - 26/06/2018

Sete meses após a reforma trabalhista entrar em vigor, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho, mostram que as demissões feitas por acordo entre trabalhadores e empresas — possibilidade criada pelas novas regras — cresceram em todo o país. Em dezembro de 2017, um mês após a mudança na legislação, foram feitos 5.841 acordos. Já em maio deste ano, o número saltou para 14.576, o que representa aumento de 149% em seis meses.

A demissão feita por acordo entre as partes possibilita a rescisão do contrato de trabalho apenas com um termo assinado entre patrão e empregado. Mas os valores pagos são diferentes dos da demissão normal: a multa sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço cai de 40% para 20%, são pagos 50% do aviso prévio, e o trabalhador pode sacar somente 80% do FGTS. O funcionário também recebe férias e décimo terceiro salário proporcionais, mas não tem direito ao seguro-desemprego. **MAIOR CONFIANÇA NA NOVA LEI** De acordo com os dados do Caged, o setor de serviços foi o que mais fez rescisões por acordo no país no mês de maio, 6.801. O comércio ficou na segunda posição, com 3.733, seguido pela indústria de transformação, com 2.474.

O estado de São Paulo registrou o maior número de rescisões de trabalho por acordo no mês passado, 4.247, seguido pelo Rio, com 1.603, e pelo Paraná, com 1.163.

Para Antônio Carlos Aguiar, professor da Fundação Santo André e diretor do Instituto Mundo do Trabalho, a demissão por acordo é um dos pontos da reforma que beneficiam o trabalhador, ao permitir acesso a parte dos direitos trabalhistas no momento da rescisão.

— Antes da reforma, o empregado que queria deixar uma empresa não pedia demissão porque sabia que perderia dinheiro. Com a possibilidade de acordo, ficou mais fácil resolver este tipo de problema, visto que empregados e patrões saem ganhando — explica Aguiar, ressaltando que a demissão por acordo deve ser sempre acompanhada de perto pelo sindicato, para que fique claro que não há pressão por parte da empresa, por exemplo, para que o profissional tome esta decisão.

Ainda de acordo com Aguiar, as questões abordadas pela reforma ainda passam por maturação, mas dados já indicam uma maior confiança dos empresários em relação à lei.

— Vale destacar que a medida provisória (MP) 808, que mudaria alguns pontos da reforma, não foi votada pelo Congresso. Então, vale o que foi aprovado em novembro do ano passado. Assim, empresários já passam a adotar com mais vigor o que foi modificado, e os dados apontam que já há maior segurança jurídica em relação a alguns temas — avalia. (Bruno Dutra)

Contribuição sindical vira alvo de batalha judicial

O Globo - 26/06/2018

Sindicatos tentam manter cobrança, e trabalhadores buscam garantir isenção

A contribuição sindical virou alvo de uma batalha judicial entre trabalhadores e sindicatos após a reforma trabalhista torná-la facultativa, em novembro. Entre dezembro e maio, foram impetradas 15.551 ações sobre o imposto, praticamente o triplo de um ano antes. O avanço foi particularmente forte em março, mês em que a cobrança do valor era feita antes da mudança da lei: o número de processos passou de seis mil, em movimento liderado pelos sindicatos, que tentam garantir o recolhimento. Já os trabalhadores querem fazer valer a nova lei. O STF julgará na quinta-feira 19 ações a favor da obrigatoriedade da contribuição.

A disputa pelo imposto sindical, que passou a ser facultativo desde que a reforma trabalhista entrou em vigor, em novembro, praticamente triplicou o número de ações que questionam esse ponto da legislação na Justiça do Trabalho. De acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre dezembro de 2017 e maio deste ano, 15.551 ações relacionadas à regra chegaram aos tribunais. O volume é 161% maior do que o registrado um ano antes — entre dezembro de 2016 e maio de 2017 — quando foram protocolados 5.941 processos ligados a questões relacionadas às taxas sindicais.

O TST não especifica quem são os autores das ações. O levantamento inclui questionamentos de sindicatos sobre o fim da obrigatoriedade da contribuição, queixas de empresas e trabalhadores em relação à cobrança e até disputas sobre a divisão dos recursos entre federações — algumas das ações mais comuns, segundo advogados e juízes. No entanto, na percepção desses especialistas, houve influência da disputa pela contribuição nos dados. Só em março, mês em que a cobrança do imposto era feita antes da mudança da lei, foram registradas no total mais de seis mil ações. Esse debate jurídico pode ter fim nesta quinta-feira, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará as 19 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a nova regra.

A decisão terá efeito vinculativo. Ou seja, juízes de instâncias inferiores deverão acompanhar o posicionamento da Corte. O relator do caso é o ministro

Edson Fachin, que já informou que poderá se posicionar por meio de liminar, caso o plenário não possa analisar a matéria. INTERPRETAÇÃO DE CADA JUIZ Há dois pontos principais em discussão. O argumento mais usado por quem questiona a reforma é o de que a contribuição sindical é um tributo e, por isso, suas regras deveriam ser modificadas por lei complementar, aprovada por maioria absoluta do Congresso, enquanto a reforma trabalhista é uma lei ordinária, que exige maioria simples. Além disso, há crítica sobre o fato de a taxa ser facultativa, enquanto a Constituição prevê que todos os sindicatos devem servir a todos os trabalhadores da categoria, não se restringindo aos que contribuem.

Diante desse dilema, o Supremo pediu ao TST um posicionamento sobre o assunto, que deve ser usado para debater as ADIs. Em documento de 50 páginas, o Tribunal afirma que já recebeu 60 pedidos de correção (espécie de recurso). Em 33 deles, o TST concedeu liminar. Mas destacou que “não há precedente sobre a constitucionalidade das normas em debate”.

Enquanto as instâncias superiores não chegam a um entendimento, processos têm sido decididos segundo a interpretação de cada juiz. No início do mês, por exemplo, o sindicato dos comerciários de Feira de Santana (BA) conseguiu liminar permitindo o repasse. Em dezembro passado, uma juíza de Lages (SC) concedeu o mesmo direito ao sindicato dos auxiliares em administração escolar da cidade.

No Rio, segundo levantamento do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), 1.036 ações foram ajuizadas entre novembro e março com o tema contribuição sindical. Tanto o balanço do TRT como o do TST não especifica quais são os autores das ações. Ou seja, o número contém questionamentos por parte de sindicatos, trabalhadores ou empresas.

— No momento em que a contribuição sindical passa a ser facultativa, na minha observação, conflita com toda essa estrutura de funcionamento do sindicato (prevista na Constituição) — avalia a juíza do trabalho Claudia Pisco, diretora da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra 1), do Rio.

A magistrada, que atua na 45ª Vara do Trabalho da cidade, diz que já recebeu ações questionando a cobrança, mas aguarda a decisão do STF para dar andamento aos processos.

Um dos autores da reforma trabalhista, o juiz Marlos Melek, da 1ª Vara de Trabalho em Araucária e Campo Largo, na região de Curitiba, tem opinião diferente. Para ele, não faz sentido exigir que a mudança de regra seja por lei complementar.

— A contribuição sindical obrigatória foi criada por lei ordinária federal. Qualquer estudante de Direito sabe que, para alterar lei ordinária, basta ter outra lei ordinária — afirma Melek, que já recebeu três ações pedindo a volta do imposto e negou.

De acordo com Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, doutor em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o tema é complexo e será amplamente discutido antes da decisão no Supremo. Segundo Guimarães, que considera constitucional o fim do imposto, a reforma deu maior poder ao trabalhador, que pode decidir se contribui ou não com a entidade representativa.

— Nenhum trabalhador pode ser obrigado a dar um dia inteiro de trabalho para o sindicato. Isso deve ser facultativo, conforme determinou a reforma trabalhista. O trabalhador que se considerar de fato representado pode, de forma espontânea, fazer a contribuição — destaca.

Antônio Carlos Aguiar, professor da Fundação Santo André e diretor do Instituto Mundo do Trabalho, também não vê problemas no fim da obrigatoriedade da contribuição:

— Se o STF decidir pela inconstitucionalidade, deveria determinar que sindicatos fossem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Se o sindicato considera o imposto um tributo, logo, exerce função estatal, e deve haver prestação de contas. Afinal, ninguém sabe para onde vai esse dinheiro.

O advogado trabalhista José Eymard Loguércio pondera que seria necessária uma alternativa de financiamento:

— A contribuição não é popular, ninguém gosta de pagar, mas tem um sentido. A desvinculação da compulsoriedade leva, num momento imediato, a uma desestruturação do sistema sindical.

“O trabalhador que se considerar de fato representado pode, de forma espontânea, fazer a contribuição” Ricardo Pereira de Freitas Guimarães Doutor em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Cumprir o teto? **O Estado de S. Paulo - 26/06/2018**

Bernard Appy

Como o próximo presidente irá se posicionar em relação ao teto dos gastos? Esse é um tema importante, sobre o qual vários presidentiáveis têm se pronunciado ao longo das últimas semanas.

Sem querer entrar na avaliação da posição de cada candidato, vale a pena fazer alguns comentários sobre os riscos e a racionalidade de uma eventual revisão da atual regra do teto dos gastos – a qual estabelece que, ao menos até 2026, as despesas primárias da União não poderão crescer acima da inflação.

A dívida pública brasileira está em nível muito elevado (76% do PIB), e crescendo rapidamente. Se não houver uma melhora expressiva no resultado fiscal nos próximos anos, a dívida entrará em uma trajetória explosiva, o que inevitavelmente levará a um calote (lembrem do Plano Collor?) e/ou a um grande aumento da inflação.

O teto dos gastos sinaliza um ajuste de longo prazo das contas públicas, por meio da contenção das despesas da União. Supondo um crescimento do PIB de 2% ao ano, as despesas sujeitas ao teto cairiam de cerca de 20% do PIB em 2018 para cerca de 17% do PIB em 2026.

Para muitos analistas, o abandono do teto dos gastos seria uma catástrofe, levando de imediato a uma forte alta do dólar e das taxas de juros de longo prazo. Para alguns, inclusive, o teto dos gastos é insuficiente para estabilizar a dívida pública, sendo necessário aumentar a carga tributária, ainda que temporariamente.

Em contrapartida, para diversos candidatos a presidente (e para seus assessores) o teto dos gastos é excessivo. Dada a dificuldade de reduzir despesas obrigatórias, o ajuste tende a ser feito essencialmente via corte de investimentos públicos (como já vem sendo feito), o que seria prejudicial ao crescimento de longo prazo. Adicionalmente, para alguns candidatos a redução do tamanho do Estado implícita no teto dos gastos (de 3 pontos percentuais do PIB até 2026) é excessiva para um país carente de políticas sociais como o Brasil.

O pior é que os dois lados estão corretos. Por um lado, a situação fiscal do Brasil realmente é muito preocupante, e o espaço para o aumento da carga tributária é limitado. Por outro lado, é verdade que é muito difícil cumprir o teto dos gastos via contenção de despesas obrigatórias, mesmo com a reforma da Previdência. Mesmo reduzindo ainda mais os investimentos públicos, é quase certo que o teto será ultrapassado antes de 2026. Para os defensores do teto, o eventual estouro do limite de despesas não seria um problema, pois já estão previstos mecanismos automáticos de ajuste, como a vedação a contratações e reajustes de salários, entre outros. Para aqueles que questionam o teto, até se chegar a este ponto já teria havido uma compressão excessiva e irracional das despesas públicas.

Eu não acho que o teto é imutável. Mas reconheço que qualquer mudança é de alto risco. Em hipótese nenhuma se deve meramente revogar o teto, pois isso nos levaria de volta à situação anterior de falta de controle do crescimento das despesas, que subiram mais de 6% ao ano acima da inflação entre 1997 e 2014.

Seria muito positivo que a agenda fiscal fosse complementada por medidas de aumento da produtividade

Se o próximo presidente quiser reavaliar o teto, é essencial que implemente medidas fiscais muito duras já no curto prazo, incluindo não apenas uma ampla reforma da Previdência, mas também uma forte contenção das despesas de pessoal. Adicionalmente, seria muito positivo que a agenda fiscal fosse complementada por medidas de aumento da produtividade. Afinal, a manutenção de um limite de crescimento real nulo das despesas com o PIB crescendo a 2% ao ano tem um efeito semelhante a um limite de crescimento das despesas de 2% ao ano acima da inflação com o PIB crescendo a 4% ao ano.

Seja qual for a política fiscal adotada, é imperioso que o próximo governo indique como fará para assegurar a sustentabilidade da dívida pública, inclusive, se necessário, contemplando medidas de aumento de receita. Se for convincente, é possível que consiga fazer uma transição relativamente tranquila. Se não for, certamente enfrentará grandes turbulências logo de início.

Os pássaros amarelos

O Estado de S. Paulo - 26/06/2018

Ana Carla Abrão

Fantasiado de pássaro que não deixou executivo falar defendia seus próprios interesses.

Na semana que passou, assistimos à cena grotesca em que uma pessoa, fantasiada de pássaro, impediu que Wilson Ferreira, presidente da Eletrobrás, falasse em um evento comemorativo dos 50 anos da Eletrosul. Desconsiderando que vivemos numa democracia – e em um país civilizado, o pássaro atacou o palestrante sem expor o motivo do protesto ofensivo e deseducado. Mas não é preciso saber muito dos tempos atuais para entender que ele certamente estava ali defendendo seus interesses e não os dos 200 milhões de brasileiros que vêm assistindo seus recursos consumidos por desmandos, assaltos e capturas de empresas estatais, em particular da Eletrobrás.

O lamentável evento me remeteu ao processo de privatização das Centrais Elétricas de Goiás – Celg-D. Assim como a Eletrosul, a Celg também tinha como controladora a Eletrobrás e, assim como no evento da semana passada, não faltaram pássaros a atacar o processo. Apesar disso, a venda foi levada a cabo com sucesso em novembro de 2016, quando a empresa foi arrematada pela italiana Enel com um ágio de 28% sobre o preço mínimo de R\$1,7 bilhão.

A Celg-D era então um grande problema e um dos principais gargalos de infraestrutura de Goiás. Os recorrentes problemas de fornecimento de energia, com interrupções e dificuldades em ampliar a área de distribuição, eram apontados como os maiores riscos para viabilizar novos e manter os atuais projetos de investimento, em particular no agronegócio, vocação da região. Além disso, a empresa vinha perdendo capacidade operacional, consequência

da falta de investimentos que a Eletrobrás – e tampouco o combalido Tesouro estadual – não poderia arcar. Com isso, até mesmo a manutenção da concessão estava ameaçada. Estrangulada financeiramente, com custos elevados, salários com ordens de grandeza acima dos de mercado e perdas operacionais relevantes, a empresa apenas sobrevivia. Como agravante adicional, a Celg era um dos maiores contribuintes de ICMS em Goiás e ao caminhar na direção do colapso financeiro, levaria à bancarrota também o Estado. A privatização foi, portanto, a saída para sanear a empresa, viabilizar os investimentos necessários para mantê-la funcionando de forma mais eficiente, e, mais importante, a garantia de uma prestação de serviços de qualidade para os consumidores goianos, sem onerar os cofres públicos.

Entre a decisão de venda e o leilão, foram 18 meses de idas e vindas. Durante o governo Dilma, a privatização envergonhada era chamada de desestatização e cada avanço era acompanhado de um retrocesso, com reuniões infundáveis no Planalto e constantes observações de que aquilo era uma traição às origens petistas e aos movimentos sociais que defendiam um governo moribundo. No apagar das luzes do impeachment, o governo voltou atrás na decisão de privatizar a empresa em favor do troca-troca final com um exército sindical que se preparava para ir às ruas, mas nunca foi.

O novo governo retomou o processo com convicção e, mesmo após um primeiro leilão deserto, logo pudemos bater o martelo três vezes, garantindo o investimento necessário para que o consumidor goiano tenha acesso a um serviço de qualidade, o Tesouro estadual goiano mantenha sua arrecadação e o fornecimento de energia deixe de ser um empecilho para a pujança de um Estado próspero.

Mas os pássaros amarelos não atentam aos fatos e muito menos à realidade se o único objetivo é a defesa dos seus interesses pessoais – mesmo que em detrimento dos interesses coletivos. Não é em defesa do pagador de impostos que ano após ano transfere parte da sua renda para financiar altos salários, ineficiências e ostracismo que eles partem. Os pássaros amarelos defendem a si próprios, a sua ineficiência, a sua própria ociosidade. Eles atacam protegendo a expropriação do que é público e com isso atentando sobre o outro, nesse caso, sobre todos nós.

O Brasil de hoje é um filme de Hitchcock. São muitos os pássaros furiosos, descontrolados e assassinos. Eles nos quebram as vidraças, nos atacam por todos os lados, nos furam os olhos e nos deixam em frangalhos. Esse filme de terror precisa acabar.

O Brasil de hoje é um filme de Hitchcock com pássaros furiosos e descontrolados

Universidades e o novo teto do funcionalismo **O Estado de S. Paulo - 26/06/2018**

Marcelo Knobel e Wagner Romão

Causou celeuma a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 5, de 2016, pela Assembleia Legislativa de São Paulo. A PEC fixa o subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça como teto dos vencimentos do funcionalismo público paulista.

Os principais argumentos contra a PEC estão relacionados às legítimas preocupações com o impacto orçamentário da mudança em tempos de grave crise econômica. Entendemos, no entanto, que a resolução da crise não se pode dar em prejuízo do serviço público. Muito menos dos docentes e funcionários das universidades públicas paulistas, que, pela produção e difusão de conhecimento altamente qualificado, desempenham papel social extremamente relevante.

Em primeiro lugar, é necessário distinguir a elevação do teto salarial da justa crítica aos chamados “supersalários”. Estes são distorções que devem ser combatidas e a nova emenda constitucional reforça o marco legal para extingui-los. A aprovação da PEC repara situação que diminuía a remuneração do funcionalismo de São Paulo – o Estado mais rico e com o maior custo de vida do País – ante todos os Estados da Federação. Apenas o Espírito Santo apresentava teto mais baixo que o paulista. Nos últimos anos, em São Paulo, o teto – dado pelo subsídio do governador – vinha sendo arbitrariamente mantido em níveis muito mais baixos que o teto federal, causando disparidade em relação à remuneração dos trabalhadores das outras universidades públicas do País, incluídas as que se situam no próprio Estado de São Paulo. Além disso, o teto instituída uma anomalia, pois regulava uma carreira de Estado pelos vencimentos de alguém que exerce mandato político.

Vale destacar que a PEC não introduz aumentos, mas suspende o corte salarial que atingia os servidores públicos, principalmente os que se encontram no estágio final da carreira. Não haverá impacto orçamentário no primeiro ano, e sim um escalonamento para que quem tiver direito possa alcançar o limite do subsídio mensal dos desembargadores nos próximos quatro anos.

Uma carreira diz respeito a toda uma vida dedicada ao serviço público, com previsibilidade quanto às regras de ingresso e progressão salarial. Exigese dos docentes das universidades públicas uma longa trajetória de formação desde a graduação, passando pelo mestrado, doutorado e pós-doutorado. São anos de formação necessários para ingressar na carreira. Nas três universidades públicas paulistas, esta é constituída por seis níveis no magistério superior. A passagem do segundo para o terceiro nível se dá por concurso de livre-docência e do quinto para o sexto, por concurso público para professor titular. Tais concursos exigem alta qualidade do trabalho acadêmico e relevância científica das pesquisas empreendidas pelos servidores.

Desse modo, a ascensão na carreira se dá ao longo de 20, não raro 30 anos de trabalho ou mais. A definição do subsídio do governador como teto remuneratório fazia com que a carreira dos professores mais antigos fosse comprimida, em termos salariais (mas não em termos acadêmicos), para apenas quatro níveis.

No caso da USP, da Unesp e da Unicamp, o antigo teto provocou grave desestímulo aos docentes com extensa trajetória universitária e de dedicação ao serviço público. Esses docentes, que tiveram décadas de contribuição social, tiveram seus salários cortados justamente no auge de sua produção científica e de sua capacidade de formação de novos pesquisadores. Tal situação levou a aposentadorias precoces e à frequente fuga desses profissionais para universidades federais, universidades privadas e universidades no exterior, ou simplesmente ao abandono da carreira universitária em prol de ocupações mais bem remuneradas na iniciativa privada. Além disso, fez diminuir consideravelmente a atratividade das universidades paulistas para os jovens talentos, tão importantes para a manutenção futura da excelência duramente conquistada.

O sistema de ensino superior público paulista é uma das principais forças do Estado e um patrimônio que a sociedade precisa defender.

É preciso que haja vontade política para manter a qualidade e os novos desafios por que passam a USP, a Unesp e a Unicamp. Mesmo em crise de financiamento, as três universidades estaduais paulistas respondem por cerca de um terço dos artigos científicos produzidos no País. Entre 1995 e 2018, o número de estudantes matriculados na USP, na Unesp e na Unicamp praticamente dobrou. Hoje elas têm, juntas, cerca de 190 mil alunos matriculados em seus cursos de graduação e de pós-graduação. Essa expansão se deu em meio a um grande esforço de financiamento próprio das universidades, com a criação de novos câmpus e sem a prometida ampliação orçamentária.

A situação previdenciária é muito pior do que em 1994, quando se fixou o repasse de 9,57% do ICMS às universidades. Além disso, pelo menos no caso da Unicamp, é fundamental ampliar o repasse da Secretaria da Saúde para o financiamento da área de saúde, responsável pelo atendimento de alta complexidade de mais de 6 milhões de usuários.

O caráter estratégico das universidades deve ser considerado pela sociedade paulista e por seus representantes na Assembleia Legislativa, de modo que a ampliação de suas fontes orçamentárias permita a efetiva valorização de seus funcionários e docentes recém-contratados, e também a permanência de uma política segura de expansão e democratização do ensino superior no Estado.

A defesa da universidade pública requer profissionais reconhecidos e valorizados. Sem eles perde toda a sociedade, pois a universidade pública é imprescindível à criação de alternativas para o desenvolvimento e o enfrentamento dos graves problemas sociais que nos afligem.

Definição do subsídio do governador como salário máximo em SP levou à fuga de docentes

Jogo de soma zero

Valor Econômico - 26/06/2018

Roberto Castello Branco

Defensores da intervenção do Estado na economia elegeram as políticas de produção e preços de combustíveis da Petrobras como culpados pela greve dos caminhoneiros.

A crítica à decisão da estatal de exportar petróleo cru em lugar de operar suas refinarias a plena capacidade reflete um velho preconceito e desconhecimento sobre o negócio.

Vários economistas nutrem desprezo pela exportação de commodities e abandonam a análise econômica para tratar a transformação industrial como verdadeiro fetiche. Todavia, produzir petróleo oferece retorno mais elevado do que atividades no downstream, como o refino.

Para um produtor integrado de petróleo, dadas as condições técnicas, a decisão sobre o grau de utilização da capacidade de uma refinaria depende da margem da rentabilidade de seus produtos. Se é mais rentável exportar óleo cru, faz sentido operar abaixo da capacidade. Isso é consistente com a maximização de valor para o acionista, e a sociedade brasileira é a maior acionista da Petrobras.

Combustíveis são commodities exportáveis e importáveis e devem ter seus preços domésticos alinhados às flutuações do mercado global. Hoje, seus preços no Brasil são aproximadamente iguais à média global, sendo os desvios explicados por subsídios e diferenças de carga tributária. Contudo, nada garante que o alinhamento às cotações internacionais persistirá.

Durante quatro anos a Petrobras manteve preços artificialmente baixos, o que além de causar à estatal (e a nós brasileiros) prejuízo de US\$ 40 bilhões, gerou várias externalidades negativas. Entre elas, a ruína de refinarias privadas e de produtores de etanol e incentivos a congestionamentos de trânsito, emissões de agentes poluentes danosos à saúde e aumento de acidentes.

Não houve reação por parte dos defensores de uma "postura estratégica e soberana" da Petrobras. Da mesma forma, o Cade, cujo mandato é a defesa da competição, se manteve passivo diante das práticas anticompetitivas da estatal.

A propriedade de 99% da capacidade de refino do país por uma única companhia é anomalia mantida por barreiras à entrada de novos players, como

a política de preços de 2011-14. Cabe também ao Cade obrigar a estatal a se desfazer da maior parte de suas refinarias, criando condições para a formação de um mercado competitivo e eficiente.

A sugestão de impostos com alíquota flexível para proteger o consumidor da volatilidade de preços não é uma solução adequada. Não é claro porque os combustíveis merecem tratamento especial e não os alimentos, cujos preços também estão atrelados às flutuações internacionais e afetam desproporcionalmente o orçamento das famílias mais pobres.

Criar esse tipo de imposto colchão é semelhante a apagar um farol. Quando o Estado protege o consumidor de oscilações de preços, retira do sistema de preços relativos a capacidade de sinalizar para o mercado a escassez relativa de um produto. Burocratas são reconhecidamente incapazes de substituir o mercado.

Em lugar de impostos e subsídios a um combustível fóssil, nossa sugestão é que a regulação da ANTT passe a requerer, como acontece nos EUA, a presença nos contratos de fretes de cláusula que permita ajuste pelas mudanças de preços do diesel durante a viagem do caminhão.

Longe de representar, como alguém classificou, "epifenômenos", não se pode ignorar a situação do mercado de fretes rodoviários e da matriz de transporte.

De um lado, o desenvolvimentismo da Nova Matriz Econômica promoveu forte expansão de crédito subsidiado do BNDES, o que resultou, de acordo com dados da CNT, no crescimento da frota de caminhões em 4,9% ao ano entre 2007 e 2014, contra expansão anual do PIB de 3,3%. De outro, o fracasso da Nova Matriz implicou a profunda recessão de 2014-2016, com a maior perda de PIB real desde o início do século passado, e consequente contração da demanda por transporte de carga.

Faltou PIB, mas sobrou crédito subsidiado e dívida pública. A sociedade continuará ainda a pagar por vários anos pelos subsídios para estimular a excessiva dependência a rodovias.

O desequilíbrio do mercado de fretes foi o elemento catalisador da greve, produzindo, entre outras, a demanda por tabela de preços mínimos. O tabelamento dos fretes, uma espécie de cartel patrocinado pelo Estado, provocará significativas distorções na alocação de recursos ao afetar a espinha dorsal da cadeia produtiva, agravando a baixa produtividade de nossa economia.

As ferrovias são o meio mais eficiente para transporte de carga a longa distância e nossa rede ferroviária é muito pequena, possuindo extensão consideravelmente menor, em termos de quilômetro por área geográfica, do que a de países com vasto território, como EUA, China, Índia, Rússia, Canadá e Austrália. Para piorar, somos dependentes de rodovias de má qualidade, em

boa parte estradas não pavimentadas, que, entre outras consequências, aumentam o custo operacional dos caminhões.

A estrutura atual do transporte de carga no Brasil resulta em barreiras ao comércio internacional e ao comércio interno, com impacto negativo sobre o crescimento econômico. Ao mesmo tempo, confere poder excessivo a empresas e caminhoneiros autônomos, nos tornando reféns de suas pressões.

A tentativa de resolver problemas de mercado com mais Estado implicou redistribuição de renda da sociedade para um grupo de interesse e, simultaneamente, em distorções que restringirão o crescimento da economia.

A reação à crise foi mais um episódio típico do populismo que prevalece no Brasil. Trata-se do jogo de soma zero, em que são dados privilégios para alguns à custa da maioria da população e se eliminam oportunidades para a construção de uma economia vibrante e próspera. Não é claro porque os combustíveis merecem tratamento especial e não os alimentos, cujos preços afetam desproporcionalmente o orçamento dos mais pobres.

Petrobras pode reverter no Supremo decisão do TST

Valor Econômico - 26/06/2018

Apesar de não ser um caminho rápido e fácil, especialistas veem grandes chances de a Petrobras conseguir discutir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da última quinta-feira, que condenou a companhia a arcar com um débito de R\$ 17 bilhões. Além da questão processual, há advogados que, em razão de precedentes recentes do Supremo, creem na possibilidade de a empresa reverter a derrota.

Os ministros do TST, por um voto de diferença, condenaram a estatal a corrigir as remunerações de milhares de trabalhadores, entre ativos e aposentados. O que se questionou foi a fórmula de cálculo do complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR), estabelecida em acordo coletivo em 2007.

"O histórico de revisões recentes de decisões do TST pelo Supremo sinaliza a possibilidade de os ministros reverem a decisão da Petrobras", afirma o advogado Daniel Chiodi, sócio do Chiodi Minicucci Advogados. Ele acredita que o caso tem todos os requisitos necessários para ter a repercussão geral reconhecida pelo Supremo e o debate constitucional necessário, como o artigo 7º inciso XXVI - que reconhece a validade das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Para recorrer ao STF, como já informou publicamente, a Petrobras após publicação do acórdão do TST deverá apresentar recurso extraordinário (RE), que precisa ser admitido pelo vice-presidente da Corte trabalhista. Se negado, o caminho é apresentar embargos ao Supremo. É um percurso difícil, segundo advogados, pois a companhia terá que mostrar ao STF de antemão que o caso tem repercussão econômica, política, social ou jurídica. Além disso, que há ofensa à Constituição Federal.

A professora da FGV Rio e advogada Juliana Bracks, de escritório que leva seu nome, avalia que o ponto principal da discussão deverá ser a valorização ou não das normas coletivas, consagradas pela Constituição. Ela lembra que em 2015 o Supremo, em um caso (RE 590415) sobre Plano de Demissão Incentivada (PDI) do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), decidiu que deveria prevalecer o que foi acordado em convenção.

Em seu voto, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou na época, dentre outros pontos, que "quando os acordos resultantes de negociações coletivas são descumpridos ou anulados, as relações por eles reguladas são desestabilizadas e a confiança no mecanismo da negociação coletiva é sacrificada".

Em 2016, segundo Chiodi, o Supremo reformou outro julgamento do TST (RE 895759) para fazer prevalecer o que estabelecia a norma coletiva. Para ele, esses casos, apesar de diferentes, poderiam ser utilizados como precedentes pela Petrobras por ter como pano de fundo a discussão sobre a validade das negociações coletivas.

"O STF tem dado mostras de valorizar a negociação coletiva tal qual previsto no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição, afirma o advogado Gabriel Santoro, do escritório RL&AC.

O advogado Aldo Martinez Neto, do Santos Neto Advogados, entende que conta contra a Petrobras, no entanto, uma decisão plenária do Supremo de março de 2015 (ARE nº 859.878). Os ministros analisaram na época um recurso da estatal contra decisão que beneficiava um funcionário exatamente nesse contexto da base de cálculo para a apuração do complemento RMNR. Por maioria, entenderam que não se tratava de matéria constitucional.

Os ministros consideraram que a discussão versava sobre a interpretação de cláusula contratual e aplicaram a Súmula 454 - que veda a análise de recurso quando análise é de simples interpretação de cláusula. "O acórdão ainda não foi publicado. Mas se o voto condutor tratar como matéria de fundo a eficácia da convenção coletiva e o princípio da isonomia, que são questões constitucionais, ficará difícil para a Petrobras levar essa discussão ao Supremo. Pode esbarrar na Súmula 454", diz.

Ele chama a atenção, por outro lado, para os efeitos econômico-financeiros gerados a partir da decisão do TST. "Talvez se possa levar pelo lado de ponderação dos direitos fundamentais que estariam envolvidos com a repercussão econômica. Seria um viés mais político", complementa o advogado.

Enigma energético

O Globo - 26/06/2018

Míriam Leitão

O setor energético está para viver mais uma confusão. O governo colocou a leilão seis distribuidoras de energia da Eletrobras, mas a Câmara não aprovou o PL que daria segurança jurídica à venda. Com isso, elas podem ser liquidadas, o que é mais fácil falar do que fazer. Como seria deixar dois estados do Nordeste e quatro do Norte sem uma empresa de energia? Ninguém sabe porque nunca aconteceu.

O governo tentou aprovar a urgência no projeto que facilitaria a privatização dessas concessionárias, mas não conseguiu. As concessões já venceram e foram renovadas até 31 de julho. Durante o debate do assunto, o governo disse que ou venderia ou simplesmente as liquidaria. E agora?

— Ninguém sabe ao certo porque é uma situação inédita. Nunca aconteceu no Brasil de uma concessionária que presta serviço público ser liquidada — diz Edvaldo Santana, presidente da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

Essas concessionárias provocam prejuízo de R\$ 220 milhões por mês, R\$ 2,4 bilhões por ano. São as dos estados de Sergipe e Alagoas, Amazonas, Acre, Rondônia, Piauí e Roraima. De todas, a que tem o maior rombo é a Amazonas Energia. O governo pensou em privatizá-las por um preço simbólico com o compromisso, pelo comprador, de investir. No caso da liquidação, a Eletrobras tem que lançar a prejuízo R\$ 20 bilhões, mas o mais importante é o que acontece depois.

— Liquidar é o governo pegar de volta a concessão e deixar a empresa sem receita — diz Santana.

Parece completamente inviável. O governo deixaria um terço do território, 13 milhões de brasileiros sem uma empresa responsável pelo fornecimento de luz? A melhor opção talvez seja baixar outro decreto cobrindo este custo anual e deixar isso ser resolvido pelo próximo governo. Aprovar o projeto no Congresso da privatização dessas concessionárias era o primeiro passo para privatizar a própria Eletrobras.

O projeto que está no Congresso, e que não foi votado, nem conseguiu a aprovação de urgência, permitiria resolver inúmeras pendências complexas, como compatibilizar o prazo de concessão, com o prazo de outorga das usinas termelétricas, e do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. A maior das dificuldades é a Amazonas Energia que, em qualquer cenário, vai obrigar a Eletrobras a assumir uma parte do passivo.

O setor de energia no Brasil é uma sucessão inacreditável de confusões, prejuízos, regulação errada, má gestão e ocupação política de cargos. O que animou o mercado, quando se falou na venda de ações que faria o Estado perder o controle da Eletrobras, foi a esperança de acabar com décadas de nomeação política e má gestão na estatal de energia.

A Eletrobras chegou a valer R\$ 46 bilhões em 2010. Durante o governo Dilma, a perda foi progressiva, mas ela desabou mesmo após a aprovação da MP 579, de setembro de 2012, que mudou o marco regulatório do setor e obrigou a Eletrobras a aceitar contratos que eram lesivos aos interesses da empresa. No ano seguinte, chegou a valer apenas R\$ 7 bilhões. A partir de 2016, com a perspectiva do impeachment, e, depois, com nova gestão, ela foi recuperando valor e chegou a R\$ 35,6 bilhões. Nos últimos meses, com a possibilidade de aprovação ficando mais remota, ela voltou a cair na bolsa e hoje vale R\$ 18 bi, segundo a Economática.

O que fazer com as distribuidoras é só um dos vários problemas que ainda aguardam solução. O próximo governo terá que começar a consertar erros que ficaram de gestões passadas e procurar caminhos para tornar a regulação mais simples e o setor mais eficiente.

Grande demais para sustentar

O Globo - 26/06/2018

José Casado

Parnarama, a 480 quilômetros de São Luís, é um lugar onde se pode ouvir o som do silêncio. Abriga 33 mil pessoas, espalhadas entre comércio e agricultura. Metade vive com R\$ 1,6 mil, na média. Na outra metade estão os funcionários públicos.

Dias atrás, um deles recebeu a quantia de R\$ 94,4 mil. Ou seja, o governo pagou a um juiz do interior do Maranhão, neste mês, remuneração 59 vezes maior do que a renda de metade da população para a qual ele trabalha. Não é caso isolado. Juízes da capital e de mais 11 cidades receberam até R\$ 95,8 mil.

Virou rotina. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, pagou-se neste mês a uma dezena e meia de juízes remuneração de até R\$ 136,6 mil, ou 25 vezes mais que a renda per capita dos 29 mil habitantes dos municípios de Caracol, Douradina, Corguinho, Rio Negro, Taquarussu e Figueirão. Em Minas, chegou-se a pagar o triplo da renda per capita da rica Belo Horizonte.

O Judiciário se destaca nos penduricalhos que inflam os salários estatais, como auxílio-moradia, mas eles proliferam cada vez mais nas folhas de pagamentos do governo e de suas empresas, do Legislativo e do Ministério Público. A Câmara avança na limitação dos supersalários. As despesas com auxílio-moradia no Judiciário passaram de R\$ 3 milhões, em 2009, para mais de R\$ 307,6 milhões anuais, por causa de uma decisão liminar do Supremo.

“Uma variaçãozinha de mais de dez mil por cento” — observa o relator do projeto, deputado Rubens Bueno (PPS-PR) —, “e por uma liminar!”

O esforço legislativo é relevante, mas se restringe a apenas um aspecto dessa transformação da folha de pessoal do Estado num instrumento de concentração de renda, com transferência contínua e crescente de recursos orçamentários dos pobres para os mais ricos. São evidentes os efeitos da política de privilégios no período recente (2002 a 2015). Sob Lula e Dilma, os gastos com pessoal ativo aumentaram 158% acima da inflação. Detalhe: no Executivo federal a média salarial (R\$ 10 mil) ainda é menor que no Judiciário (R\$ 17,3 mil), no Legislativo (R\$ 16,3 mil) e no Ministério Público (R\$ 16,2 mil). Nove em cada dez servidores públicos ganham acima de R\$ 2,5 mil mensais, enquanto oito em cada dez trabalhadores ganham menos de R\$ 2,2 mil por mês — constataram os pesquisadores André Gamerman e José Márcio Camargo.

O Ministério do Planejamento foi além, e detectou a consolidação de uma elite. Na média, é a mais bem remunerada do país.

No topo, entre os 10% mais ricos da população, agora estão 67% dos servidores civis federais; 45% dos estaduais, e 20% dos municipais. Os que têm remuneração mais alta ingressaram no clube dos brasileiros mais ricos (1%).

A diferença ficou abissal. A União paga salários 65% acima da média do setor privado. Os estados remuneram 30% acima das empresas. Equilíbrio, hoje, só nas prefeituras.

O avanço do corporativismo explica as 51 leis e portarias que sustentam salários em ministérios, como o da Agricultura. Ou as 532 formas de remuneração, listadas no Planejamento, para 99 mil cargos e funções premiadas, passíveis de livre nomeação.

A situação pré-falimentar de todo o setor público sinaliza um fim de ciclo. A sociedade já não consegue sustentar um estado que ficou grande demais.

Supersalários pagos pelo Estado consolidaram uma elite. Entre os 10% mais ricos do Brasil, agora estão 67% dos servidores federais, 45% dos estaduais e 20% dos municipais

Um shopping no celular **O Globo - 26/06/2018**

Cora Rónai

Há alguns meses, meu teclado morreu exatamente quando me sentei para escrever a coluna. Uso um teclado sem fio. Troquei as pilhas. Nada. Abri uma embalagem nova de pilhas, troquei mais uma vez. Nada. Limpei os conectores

com um cotonete embebido em álcool, sequei direitinho, de novo nada. Costumo ter um teclado com fio reservado para essas emergências, mas quando abri o armário, cadê teclado? Revirei tudo e não consegui encontrá-lo.

EU PODERIA ESCREVER NO NOTEBOOK, ou mesmo no celular — mas quando estou em casa, gosto de usar o meu desktop, tela grande, teclado confortável. Que fazer? Tinha um prazo que já estava quase estourado, e não conseguiria tomar banho, me vestir, sair para comprar um teclado novo, voltar para casa e escrever. Aí me lembrei que, pouco antes, havia baixado o Rappi, um aplicativo de mandar trazer coisas, de refeições a... teclados? Será que funcionava? Era uma boa oportunidade para testar o serviço.

Liguei para uma loja de suprimentos não muito distante, me certifiquei de que tinham o que queria, abri o aplicativo e, numa barra que perguntava "O que você deseja?", descrevi o teclado e dei o endereço da loja.

A operação foi um sucesso: em menos de meia hora o teclado estava espetado na minha máquina e eu estava trabalhando novamente. Paguei um preço por isso — uma taxa de entrega de R\$ 7,90, gorjeta de R\$ 5 (opcional) e 14% do preço do teclado. O custo saiu do meu cartão de crédito para a Rappi, que se encarregou de pagar à loja. 14% é uma taxa salgada, mas vale quando o objeto é relativamente barato, como foi o caso.

De lá para cá já usei o Rappi para mandar vir comida, remédio, picolés e compras de supermercado. Para esses outros pedidos "normais", paguei apenas os R\$ 7,90 da taxa de entrega. Para quem não tem carro, é uma mão na roda. Agora virei cliente Prime: pago R\$ 19,90 por mês e tenho entregas ilimitadas de itens acima de R\$ 25. O Rappi tem convênio com o Pão de Açúcar, e mantém personal shoppers lá para fazerem compras para os usuários. Pelo app, acompanha-se a evolução do pedido, mais ou menos como no já conhecido iFood, que mostra se a comida ainda está sendo preparada ou se já saiu do restaurante.

Virei fã do Rappi, mas a concorrência está grande. Outro sistema parecido, igualmente prático nessa época de Copa do Mundo em que a gente precisa de uma cerveja ou de uma pipoca, é o Glovo, que, segundo a sua própria descrição, entrega coisas não muito mais pesadas do que uma melancia, e não muito maiores do que um aquário. Cuidado, Glovos! Eu acabo de entrar nessa de aquários, e garanto a vocês que este não é um bom sistema de medida. Há aquários imensos...

O Glovo cobra um pouco mais barato pela entrega (R\$ 6,90) e tem convênios com uma quantidade de lojas e marcas, entre elas a Kalunga. Lá eu conseguiria ter comprado o meu teclado sem precisar pagar a taxa de produto especial — mas, naquela época, eu ainda não conhecia o Glovo.

Tanto Rappi quanto Glovo são aplicativos muito bem feitos, fáceis de usar e, pelo menos na minha experiência pessoal, muito eficientes. Ambos costumam

ter ofertas especiais e descontos nisso ou naquilo; com uma pequena pesquisa e algumas contas básicas, é simples decidir qual usar.

Risco Brasil afasta investidores

Correio Braziliense - 26/06/2018

Mercado S/A

Poucos indicadores são tão precisos para indicar a solidez econômica de um país do que os investimentos estrangeiros. São eles que revelam o grau de confiança – ou a falta dela – em uma determinada nação. Para quem recebe o dinheiro, os efeitos são imediatos. Investimentos maciços alimentam os cofres do governo com impostos, criam empregos e geram negócios para fornecedores e empresas parceiras. Enfim, engordam o PIB. Por isso, é triste constatar que o Brasil está enxotando o capital internacional. Entre janeiro e abril, os aportes tanto nas empresas quanto na bolsa caíram 30%, o pior resultado desde os anos Dilma Rousseff. Os números de abril são devastadores. O volume de recursos de outros países para setores produtivos foi de US\$ 2,6 bilhões, o menor nível para o mês desde 2006. O motivo é sabido por todos: as incertezas que pairam sobre o resultado das eleições. O mercado e a empresas correm de lugares que possam trazer algum risco. O Brasil é um deles.

A bola da vez é a infraestrutura

Correio Braziliense - 26/06/2018

Raul Velloso

É difícil entender por que o foco da ação governamental não se volta para os combatidos investimentos em infraestrutura, especialmente onde a atratividade para o capital privado for naturalmente baixa. E, dado que os gargalos são imensos, em vez de ser discriminado pelos governos, o privado deveria ser sempre estimulado a entrar.

As concessões de rodovias tiveram grande ímpeto na era FHC, mas, logo em seguida, voltaram a evoluir a passo de cágado. Sem espaço para tratar de todos os lados aqui, concentrar-me-ei na parcela pública, onde uma rápida garimpada em estudos disponíveis mostra que, dos anos 1970 até o ano passado, o investimento público total caiu — pasmem — de 10,6% para 1,8% do PIB.

Uma consequência natural disso é a desabada do valor do estoque de ativos na infraestrutura de transportes. Segundo afirmou Paulo Resende, no Fórum Nacional de maio (leia sobre isso e sobre as concessões em inae.org.br), entre as 20 principais economias mundiais, a do Brasil é a que possui a infraestrutura mais deteriorada e com menor valor em relação à produção total da economia, alcançando hoje o estoque de 12,1% do PIB. Já a pequena recuperação apresentada entre 2012 e 2016 se deveu exatamente aos projetos de

concessão, que, infelizmente, não têm progredido no ritmo desejável. Assinale-se que o estoque do capital em infraestrutura no Japão é de 65% do PIB, e na Índia, que é um país emergente como o Brasil (e supostamente mais atrasado), chega a 40% do PIB. Chocante.

Outra consequência óbvia é que nossos custos logísticos alcançam também os valores mais altos na comparação mundial, implicando gasto adicional brutal dos embarcadores com custos logísticos, que, somente entre 2015 e 2017, teriam alcançado cerca de R\$ 15,5 bilhões. E os governos ficam lançando planos e mais planos sem ter dinheiro para isso e sem lembrar de que o estoque deteriorado muitas vezes precisa ser recuperado antes de começar o novo.

Vejo hoje que a Constituição de 1988 transferiu de mentirinha a competência de investir em infraestrutura para os estados, dando-lhes a base de incidência dos extintos “impostos únicos”, que passaria a ser tributada pelo antigo ICM. Só que: 1) do início dos anos 1990 para cá, a participação dos estados nas receitas totais disponíveis caiu cinco pontos percentuais, mantendo-se o quinhão da União e aumentando-se o dos municípios na mesma proporção da perda estadual. Isso resultou de várias mudanças ocorridas ao longo do tempo, além do mero ajuste dos coeficientes de distribuição do bolo tributário. 2) E, em consequência de outras mudanças constitucionais, a despesa corrente explodiu em todas as esferas, ficando o investimento com as migalhas.

Sem dados mais antigos, note que o gasto com a previdência dos servidores públicos estaduais praticamente dobrou, em termos reais, em apenas 11 anos, de 2006 a 2017, enquanto o PIB crescia somente 23,5% acima da inflação. Ou seja, numa palavra, era como se, grosso modo, estivéssemos trocando infraestrutura por previdência pública, sendo a nossa uma das mais injustas do mundo.

Por isso mesmo é que venho defendendo o ajuste da previdência pública, claro, sem calote puro e simples em ninguém, mas mediante a instituição de fundos de pensão equacionados atuarialmente, a exemplo do que já se fez em empresas estatais de peso, como o Banco do Brasil, onde se criou a Previ, bem conhecido fundo de pensão dos seus funcionários (veja os textos sobre o assunto também em inae.org.br).

Nessa área, outro dado chocante é que o deficit financeiro da previdência pública estadual tenha alcançado a marca de R\$ 86 bilhões em 2017, com um número praticamente idêntico prevalecendo na União, em si. Ou seja, tudo junto, algo entre R\$ 170 e R\$ 180 bilhões que o setor público tem de bancar.

Se ficarmos só com o caso dos estados, já que a União tem ainda um longo caminho no esforço de ajuste do seu gigantesco deficit primário (excesso de gasto não-financeiro sobre receitas tributárias), podemos concluir que o simples equacionamento da previdência estadual permitirá, no limite, investir R\$ 86 bilhões anuais na nossa combatida infraestrutura, setor cuja expansão,

além do mais, viabiliza um maior crescimento da produtividade do País, em comparação com muitos dos demais segmentos da economia.

Concluo sem entender por que a gestão Temer/Meirelles se concentrou na mudança das regras previdenciárias do INSS, mexendo com direitos adquiridos difíceis de alterar, jogando o ajuste também sobre os mais pobres. É mais chocante ainda constatar que, se retirássemos da conta os efeitos da absurda recessão de 2015-17 na contribuição sobre a folha, o deficit do INSS, seria reestimado para R\$ 74 bilhões anuais, ficando bem abaixo dos deficits dos regimes dos servidores públicos acima citados.

Greve geral para a Argentina por 24h

O Estado de S. Paulo - 26/06/2018

A principal central sindical da Argentina encabeçou uma greve geral de 24 horas ontem – a terceira feita em retaliação a políticas de ajuste promovidas pelo presidente do país, Mauricio Macri. A greve manteve o transporte público, aéreo e naval inativos, além de escolas e da administração estatal. A paralisação afetou a exportação de grãos e o sistema bancário.

O movimento, convocado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) se mostrou com força na capital argentina devido à falta de circulação de ônibus, trens e metrô e foi respaldada por outros grupos, como organizações sociais e políticas que realizaram bloqueios nas principais vias de acesso a Buenos Aires.

Os trabalhadores protestaram contra o quadro econômico ruim no país, os cortes de subsídios e outras medidas do governo para tentar ajustar as contas públicas, após o acordo de US\$ 50 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, reclamam do impacto da alta inflação sobre os salários e da forte subida dos impostos de luz, água e gás.

A CGT destacou o “altíssimo nível” da greve geral. “As medidas adotadas nos últimos tempos estão prejudicando seriamente não apenas os trabalhadores, mas as pequenas e médias empresas, o comércio, as economias regionais e os setores mais vulneráveis do país”, afirmou Juan Carlos Schmid, um dos três líderes da CGT.

Durante conferência na sede do sindicato, em Buenos Aires, Schmid assegurou que na greve “o descontentamento se impôs às questões sindicais”, e pequenas empresas, pequenos proprietários e população “se manifestaram contra a desordem econômica conduzida pelo governo Macri”. Schmid disse que a CGT decidiu convocar a greve após ter “esgotado” todas as instâncias institucionais para encontrar alternativas. “O governo tem de corrigir seu programa econômico (...), que está levando ao desastre.”

Adesão. A Argentina amanheceu com as ruas desertas, rodovias que dão acesso às principais cidades fechadas, sem transporte público. Trabalhadores da limpeza pública e das escolas aderiram à paralisação. Funcionários

aeronáuticos também pararam e 594 voos foram cancelados, afetando 71 mil passageiros. “Nesta segunda-feira (ontem) não haverá ônibus, trens, metrô, bancos, tampouco aulas nos distintos níveis da educação, nem coleta de lixo, e

haverá apenas plantão nos hospitais públicos para atender a emergências”, informou a agência estatal Télam.

Segundo o Clarín, adesão ao movimento se deve, em grande parte, à falta de transporte público. O jornal diz que Macri trabalhou para tentar evitar a paralisação, sem sucesso. Em entrevista a um site, o presidente criticou a greve e disse “que não contribui nem soma nada”.

O comerciante Luis Zárate, da região de Don Orione, disse que se juntou ao protesto porque “o custo de vida aumentou 30% e com paritarias (negociações salariais) de aumento de 15% não acho que há trabalhador que chegue ao fim do mês”.

Bolsas nos EUA fecham em queda com escalada de guerra comercial

O Estado de S. Paulo - 26/06/2018

Os mercados acionários americanos iniciaram a semana em clima tenso fechando em queda depois de o jornal britânico Financial Times relatar, por meio de fontes, no fim de semana que o presidente americano, Donald Trump, teria encomendado ao Departamento do Tesouro um estudo para restringir investimentos da China em empresas de tecnologia dos Estados Unidos.

O Índice S&P 500 terminou o pregão em queda de 1,37%; o Dow Jones, 1,33%; e o Nasdaq, que reúne as empresas de tecnologia, foi o que mais perdeu, recuando 2,09%.

Nem mesmo as declarações de Peter Navarro, principal assessor de Comércio do governo de Donald Trump, conseguiu reverter as perdas ao afirmar que o mercado estava exagerando ao temer que o governo Trump restringiria o investimento estrangeiro como parte das ações comerciais contra a China e outros países. “Não temos planos para impor restrições ao investimento de qualquer país que esteja interferindo de alguma forma contra o nosso país”, disse. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steven Mnuchin, havia negado mais cedo as informações que circulavam na imprensa, mas ressaltou que divulgaria um comunicado “não especificamente sobre a China, mas sobre todos os países que estão tentando roubar nossa (dos EUA) tecnologia”.

Para especialistas, a perda do Nasdaq se manteve forte também pela pressão em torno da lei de imigração, cuja votação tem sido protelada pelos deputados republicanos. A legislação é fundamental para empresas de tecnologia, uma vez que os estrangeiros representam 25% da força de trabalho do setor.

Durante meses, os mercados financeiros desconsideraram a crescente linguagem e a imposição de tarifas diretas entre o governo Trump e os parceiros comerciais mais importantes dos Estados Unidos, incluindo Canadá, México, União Europeia e China. Mas nos últimos pregões, a apatia foi substituída pelo que parece ser um alarme crescente sobre a perspectiva de uma corrida global para erigir barreiras comerciais. “Acho que estamos lentamente entrando em um estágio mais sério na guerra comercial”, disse Ethan Harris, chefe de pesquisa em economia global do Bank of America Merrill Lynch. “As pessoas estão começando a perceber que não há sinal de melhora à vista.”

Apesar de contabilizarem perdas significativas na sessão, há quem aposte que o mercado acionário ainda não ponderou a guerra comercial completamente. “Nuvens de tempestade no horizonte de uma possível desaceleração no crescimento mundial (e dos lucros) estão sendo ignoradas no momento”, escreveu o economista-chefe do MUFJ Union Bank, Christopher Rupkey, em relatório. Para ele, ainda há muita incerteza não capturada pelos investidores.

Mercosul oferece cota para carro europeu com tarifa 50% menor durante sete anos

Valor Econômico - 26/06/2018

O Mercosul ofereceu à União Europeia (UE) uma cota para entrada de carros europeus com tarifa 50% menor do que a atual, pelo período de sete anos, conforme o Valor apurou. Isso significa que a alíquota de importação cairia de 35% para 17,5% sobre determinado volume, ainda não negociado, de carros europeus. Após o prazo de sete anos, começaria a redução da tarifa sobre automóveis europeus, até a eliminação oito anos depois.

A sinalização dada pelo Mercosul é vista como uma demonstração a mais do interesse do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em concluir a negociação do acordo de livre comércio, que seria oito vezes mais importante do que o acordo UECanadá e quatro vezes maior que o acordo UE-Japão.

Essa proposta poderia atender, de uma outra forma, a exigência - que parece ainda estar em consideração entre montadoras europeias - de que o Mercosul faça um choque de liberalização logo na implementação do acordo, com corte de cinco pontos percentuais na tarifa sobre todas as importações de carros, passando de 35% para 30%, que seria mantido na fase de transição de sete anos.

Na realidade, quem pediu esse período de proteção no mercado brasileiro foram as filiais das alemãs BMW e Audi, as montadoras que fizeram os investimentos mais recentes no país.

O Mercosul sinalizou à UE que está disposto a retomar as barganhas em julho, em Bruxelas, para tentar anunciar um acordo político de livre comércio ainda no verão europeu. A ideia do bloco é de os negociadores chegarem a Bruxelas

no dia 9, uma semana antes da cúpula da Comunidade de Países Latino-americanos e do Caribe (Celac) e UE, marcada para 16 e 17 de julho. No entanto, o Mercosul não recebeu até agora a luz verde da UE para que essa reunião possa acontecer.

Para Andreas Renschler, presidente da Comissão para América Latina da Indústria Alemã (LADW) e membro do "board" mundial do grupo Volkswagen, as ameaças do presidente americano Donald Trump de impor sobretaxas na entrada de carros europeus termina por dar um forte estímulo à conclusão das negociações UE-Mercosul. "Isso ajuda a colocar pressão nos dois blocos, e a ver que as coisas podem se tornar ruins [sem o acordo]."

O presidente da Federação das Indústrias Alemãs (BDI), Dieter Kempf, deu a mesma mensagem, pedindo ao governo alemão para defender a conclusão rápida do acordo diante do conflito com os EUA e da vantagem que as empresas europeias terão no Mercosul. "Ao reduzir as tarifas, as empresas europeias economizariam mais de € 4 bilhões por ano."

Entre os pontos ainda pendentes, está a questão do drawback (importação de insumos com isenção de tarifa para produzir bens de exportação), que o Brasil não abre mão. Cerca de 25% das exportações brasileiras usam esse instrumento. Os europeus querem sua eliminação. Há também questões sobre regras de origem e indicação geográfica, mas negociadores consideram que há meios de contornar as dificuldades, se houver real vontade política de avançar.

Ocorre que a Comissão Europeia, que negocia pelos países da UE, continua obtendo concessões do Mercosul e depois não coloca nada mais na mesa. Essa tática levou recentemente o Uruguai a demonstrar exasperação com reuniões sem fim. Partiu do governo brasileiro fazer prevalecer a mensagem de que o bloco continua empenhado em tentar concluir a negociação birregional.

País cobra da Alemanha conclusão de acordo entre blocos

Valor Econômico - 26/06/2018

O Brasil fez uma das mais contundentes cobranças à Alemanha, o motor da economia europeia, pela conclusão das barganhas para o anúncio político do acordo de livre comércio União Europeia-Mercosul nas próximas semanas.

Na abertura do Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Colônia, o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Marcos Galvão, fez uma avaliação incisiva do cenário internacional, com referências implícitas ao unilateralismo do governo Trump. "A economia mundial vai relativamente bem, ao menos por ora, se observarmos os dados do crescimento do PIB global", observou o diplomata. "A política internacional, ao contrário, vive período de múltiplas tensões, de preocupantes incertezas."

Segundo Galvão, depois de décadas ao longo das quais "nos acostumamos com a noção de que a história caminha sempre para adiante, presenciamos agora tendências com claros elementos de retrocesso. Assistimos a posturas e manifestações que a imensa maioria de nós jamais imaginou que o mundo fosse rever".

Com o que tem ocorrido nos últimos meses, o representante brasileiro considera pouco provável que a economia global, e em maior ou menor grau, também as economias nacionais, deixem de ser afetadas negativamente por esses desdobramentos. "Isso já começa a acontecer na esfera do comércio", comentou. "Esse não é um processo ao qual devamos ou possamos assistir passivamente. A todos os membros da comunidade internacional, a todos os atores públicos e privados cabem papéis relevantes".

Sob aplausos da plateia de empresários alemães e brasileiros, Galvão destacou que o Brasil e a Alemanha, apesar de diferentes estágios de desenvolvimento, são duas das maiores economias do mundo, e atores cujas vozes e posições, além sobretudo de suas ações, "se fazem ver, ouvir e sentir no contexto regional e mundial".

"Não interessa ao Brasil, e não interessa à Alemanha, um mundo sem regras, sem estabilidade, sem segurança, sem previsibilidade", disse. Destacou que a resposta à desesperança, às frustrações e às demandas legítimas dos cidadãos não se encontra no abandono dos pilares do convívio internacional, construídos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Galvão acrescentou que a integração europeia foi e é uma resposta a esse passado de violência e sofrimento. E a criação do Mercosul inspirou-se em grande parte no processo europeu. "Hoje existe plena compreensão nos setores público e privado de nossos países quanto ao imperativo de uma integração mais profunda e eficaz à economia mundial", afirmou. Deu como exemplo as negociações comerciais também com o Canadá, EFTA, Coreia do Sul e proximamente com Cingapura.

A mensagem brasileira dada por ele é a de que "é chegada a hora, é mais do que chegada a hora", de o Mercosul e a União Europeia trabalharem juntos para concluir o acordo de livre comércio. "O presente cobra e o futuro exige que tenhamos a clareza e a vontade política de pensar grande. Para Galvão, o acordo pode ser concluído em semanas, se todos os atores envolvidos reconhecerem, de verdade, o alcance e o significado do que está em jogo, ainda mais no momento atual da vida internacional.

O secretário de Estado alemão para Assuntos Econômicos, Oliver Wittke, reconheceu a importância do acordo no cenário atual, fez clara crítica ao unilateralismo de Trump, mas também acabou por ilustrar a situação atual da Alemanha.

Indagado pelo Valor sobre uma ação mais incisiva pelo acordo, Wittke argumentou que a UE são 27 países com interesses divergentes. Na verdade,

a liderança alemã se apagou na Europa, pelo menos no momento. A Alemanha não tem nenhum entusiasmo para assumir um confronto com alguns países que se opõem ao acordo. Vários governos europeus estão enfraquecidos, inclusive o de Emmanuel Macron, na França.

Para o acordo sair proximamente, como todos dizem querer nos discursos, será necessário que a França, por exemplo, se disponha a assumir a briga com o setor agrícola, que será mais retórica do que real.

China e UE dizem que vão reagir a tarifas dos EUA

Valor Econômico - 26/06/2018

O presidente da China, Xi Jinping, está reagindo ao conflito comercial promovido pelo governo Trump com um enfoque agressivo, que eleva o risco de uma disputa contundente. A Europa também ameaça retaliar qualquer nova tarifa imposta pelos EUA a produtos europeus. A escalada da guerra comercial volta a afetar os mercados.

Depois de o presidente Donald Trump ter elevado o tom, na semana passada, sobre novas tarifas punitivas a produtos chineses, o presidente Xi disse a um grupo de 20 CEOs de multinacionais, principalmente americanos e europeus, que Pequim pretende revidar, segundo pessoas a par do evento.

"No Ocidente, tem-se a ideia de que se alguém o atinge na face esquerda, você deve dar a outra face", disse o líder chinês. "Na nossa cultura, nós revidamos."

Para isso, Pequim dispõe de várias ferramentas (leia texto abaixo), embora suas opções tarifárias sejam limitadas pelo nível menor das importações americanas.

Por meses, a liderança chinesa sofreu abalos impostos por Trump, que misturava apelos em favor de punições comerciais com referências a Xi como amigo. O principal assessor econômico de Xi viajou duas vezes a Washington e ofereceu aumentar as compras de produtos americanos, em vão.

Agora Xi optou por uma abordagem inflexível no trato com Washington, dizem autoridades chinesas. "A China não vai ceder a pressões externas e arcar com as consequências negativas", disse uma graduada autoridade. "Esse é o princípio de negociação estabelecido pelo presidente Xi."

A defesa agressiva de Pequim está frustrando as esperanças de empresas e de investidores em torno de um acordo até 6 de julho -o dia em que, segundo a Casa Branca, serão adotadas tarifas sobre US\$ 34 bilhões em produtos chineses, como maquinário e eletrodomésticos. A China pretende impor sobretaxas a soja, produtos energéticos e outros produtos americanos de mesmo valor, no mesmo dia.

Esse temor de mais escalada da guerra comercial voltou afetar os mercados mundiais ontem.

No encontro com os CEOs mundiais, na quinta-feira, Xi sugeriu que teria reservado um tratamento preferencial para empresas de países não envolvidos na briga comercial. "Quando uma porta se fecha, outra se abrirá", teria dito Xi aos dirigentes empresariais, segundo essas pessoas. Entre eles estavam executivos de empresas americanas como Goldman Sachs, Prologis e Hyatt Hotels, e de empresas europeias, como Volkswagen, AstraZeneca e Schneider.

O fórum, chamado Conselho Mundial dos CEOs, foi formado em 2014 por uma entidade ligada ao Ministério das Relações Exteriores da China. Ele se reuniu antes com o premiê Li Keqiang, não com o presidente. Ao assumir o encontro, Xi quis transmitir diretamente aos pesos-pesados corporativos o endurecimento de sua postura para com os EUA, disseram essas fontes.

O governo dos EUA confirmou ontem a intenção de adotar medida para restringir os investimentos chineses em empresas americanas, para tentar barrar o acesso chinês a tecnologia de ponta. Pelo Twitter, o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, disse que as restrições estão sendo preparadas por sua equipe. Ainda não há detalhes.

O tema gerou divergência ontem no governo americano. Mnuchin disse que as restrições não serão impostas especificamente contra a China. Segundo ele, as medidas serão aplicadas a "todos os países que estão tentando roubar tecnologia" americana.

Mais tarde, porém, o assessor comercial da Casa Branca, Peter Navarro, disse que o relatório do Departamento do Tesouro dos EUA que tratará da restrição de investimentos vai se concentrar na China e que "não há nada sobre a mesa" em relação a outros países.

As novas restrições aos investimentos são voltadas para a iniciativa que leva a marca registrada de Xi: a Made in China 2025, um plano detalhado para empresas chinesas dominarem setores de ponta, que vão de redes de informações a biotecnologia. Alguns especialistas em comércio exterior preveem que as medidas americanas frustrarão essas ambições.

Essa iniciativa - que visa punir a China pela suposta tática de furtar e pressionar para adquirir tecnologia americana seguiu-se à ameaça de Trump, na semana passada, de cobrar tarifas sobre mais US\$ 400 bilhões em produtos chineses.

A União Europeia também ameaçou manter a escalada tarifária, caso os EUA imponham sobretaxas aos carros importados, o que pode afetar um comércio avaliado em US\$ 335 bilhões por ano.

O ministro das Finanças da França, Bruno Le Maire, disse ontem que a UE reagirá se Trump impuser tarifas de 20% aos carros europeus "Se os EUA nos atacarem novamente com aumento [de tarifas] de 20% sobre carros, responderemos novamente. Não queremos uma escalada [da disputa comercial], mas somos os que estão sendo atacados", disse Le Maire à Anglo-American Press Association, segundo a agência Reuters.

Trump elevou a tensão com a UE na sexta-feira, ao ameaçar taxar carros europeus se o bloco não remover tarifas a produtos dos EUA.

Risco de recessão global

Valor Econômico - 26/06/2018

A China e a União Europeia (UE) alertaram ontem que as ações protecionistas dos EUA podem levar a economia global a uma recessão. No Diálogo Econômico de Alto Nível China-UE, em Pequim, o vice-premiê Liu He, principal conselheiro econômico do presidente Xi Jinping, disse que China e UE concordaram em defender o sistema de comércio multilateral, num claro alinhamento contra à ameaça comercial dos EUA. Mas isso não impediu o vice-presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, ao lado de Liu, de fazer críticas às práticas de transferências forçadas de tecnologia na China, dizendo que isso limita os investimentos europeus no gigante asiático. Em outro evento, o premiê chinês, Li Keqiang (à direita), disse ao premiê francês, Edouard Philippe (à esq.), que Pequim planeja comprar mais aviões este ano e quer negociar a aquisição de aeronaves Airbus.

Como Pequim pode retaliar os EUA

Valor Econômico - 26/06/2018

Numa escalada da disputa comercial com os EUA, o governo chinês teria oito caminhos para retaliar as ações que Donald Trump vem adotando contra a China, de acordo com relatório elaborado pelos economistas Bo Zhuang e Jonathan Fenby, da consultoria britânica TS Lombard. São eles:

1. Limitação do turismo - Os EUA tinham um superávit no balanço de serviços de US\$ 38 bilhões com a China em 2016, segundo o governo americano. Com cerca de 3 milhões de chineses visitando os EUA, o turismo é um alvo provável para retaliação. Em 2016, quando Taiwan elegeu um presidente contrário aos interesses de Pequim, o número de visitantes chineses na ilha caiu. O setor de entretenimento é outro que pode ser atingido, como filmes de Hollywood, Netflix, serviços de música e patrocínio comercial de jogos da NBA.

2. Aprofundar relações com desafetos dos EUA - Isso vale especialmente para Coreia do Norte, Irã e Síria. A visita do líder norte-coreano Kim Jong-un à China, na semana passada, foi uma clara indicação da melhora da relação PequimPyongyang. Pequim tem ainda boas relações com o Irã, importante exportador de petróleo. A China poderia ajudar o Irã a sobreviver às sanções dos EUA.

3. Criar gargalos administrativos às importações dos EUA - Isso poderia envolver atrasos por parte da contabilidade na liberação de importações e na intensificação das inspeções de saúde e segurança de mercadorias embarcadas nos EUA, aumentando assim os custos não-tarifários.

4. Substituir fornecedores dos EUA - A China pode incentivar as empresas estatais e privadas a procurarem fornecedores alternativos de bens e serviços que hoje são adquiridos nos EUA. Os contratos serão cada vez mais transferidos para empresas chinesas, asiáticas ou domésticas.

5. Impor medidas punitivas contra empresas americanas que operam na China - A China poderia remover privilégios concedidos no passado às empresas americanas, o que pode implicar ou não a exclusão de negócios futuros. Por exemplo, quando o país colocar em prática planos de abrir serviços financeiros, saúde e educação para empresas estrangeiras, pode dar tratamento preferencial a empresas não americanas.

6. Boicotes contra bens dos EUA - Em uma demonstração do impacto que boicotes com apoio oficial de Pequim podem ter, o Lotte Group da Coreia do Sul (conglomerado de diversos ramos, como hotelaria, indústria química, varejo, construção, entretenimento, alimentação, entre outros) viu quase todas as suas lojas da China fechadas no ano passado supostamente por questões de segurança contra incêndios. O grupo passou a sofrer boicote do consumidor chinês depois que Seul implantou o sistema antimíssil americano, conhecido pela sigla THAAD.

7. Barreiras para autorização de fusões e aquisições - A autorização para negócios também pode se tornar mais problemática. A China, por exemplo, ainda não aprovou a aquisição da NXP Semiconductors por US\$ 44 bilhões proposta pela Qualcomm.

8. Desvalorização do yuan e venda de Treasuries - A China pode permitir a queda do yuan frente ao dólar. Embora pouco provável, a medida faz parte do arsenal chinês de contramedidas. A moeda chinesa vem caindo contra o dólar desde abril, mas parece improvável que Pequim permita uma grande depreciação no futuro próximo, diz a Oxford. Isso porque a defesa do perfil de globalização e abertura pelo presidente Xi Jinping deixa pouco espaço para isso. Outra possibilidade seria o país se desfazer de parte da montanha de US\$ 1,2 trilhão em Treasuries que possui em reservas internacionais. Mas isso reduziria o valor dos investimentos cambiais da China, com risco de desencadear uma nova rodada de saída de capital e uma crise financeira doméstica.

Trump lidera um avanço global do nacionalismo

Valor Econômico - 26/06/2018

Um movimento nacionalista internacional soa como uma contradição. Nacionalistas se importam sobretudo com sua própria tribo. Cooperação internacional não é algo natural para eles. Ainda assim, o mundo vem testemunhando a emergência de um "nacionalismo internacional". Os partidos políticos nacionalistas estão em ascensão pelo Ocidente - e eles vêm se inspirando uns nos outros e trabalhando em conjunto.

Donald Trump é peça central nesse desdobramento. O presidente dos EUA é muitas vezes retratado como um rebelde isolado no cenário mundial. Na verdade, ele está emergindo como o líder informal de um movimento internacional. Ao alterar o rumo da política americana para uma direção mais nacionalista, Trump mudou o tom da política em todo o mundo.

O presidente dos EUA já tem almas gêmeas ideológicas na Europa. Entre as figuras mais importantes estão Viktor Orban, premiê da Hungria (que assumiu antes de Trump), e Matteo Salvini, vice-premiê da Itália. Os nacionalistas na Europa incluem partidos de extrema-direita que já estão em coalizões de governo, como a Liga, de Salvini, e o Partido da Liberdade, da Áustria. Mas o nacionalismo têm sido incorporado cada vez mais por partidos tradicionais de centro-direita, como a CSU, da Alemanha, os conservadores britânicos e o Partido Popular da Áustria.

A questão dominante dos nacionalistas normalmente é a imigração - e a necessidade de defender a nação contra "enxames" de migrantes de fora do Ocidente. No que se refere à economia, muitas vezes se sentem atraídos pelo protecionismo no estilo Trump.

Esses nacionalistas também são hostis a tratados e instituições internacionais, que eles consideram joguetes de uma inescrupulosa elite global. O governo Trump saiu de tratados internacionais, como o Acordo de Paris sobre mudança climática, e de entidades como o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os nacionalistas europeus direcionam sua ira à União Europeia (UE) e às regras internacionais sobre o tratamento de refugiados.

Cada vez mais, eles buscam cooperar. Sebastian Kurz, premiê da Áustria, cogitou organizar um eixo "Berlim-Roma-Viena", para combater a imigração ilegal. Richard Grenell, o embaixador dos EUA na Alemanha, falou em fortalecer "conservadores" no estilo Trump pela Europa. Steve Bannon, ex-estrategista-chefe de Trump, organizou encontros de partidos nacionalistas em Roma durante as eleições italianas e escreveu posteriormente: "É difícil não sentir que estamos do lado certo da história."

Os nacionalistas costumam gostar de Vladimir Putin. O presidente russo é admirado como um sujeito duro, que defende sua nação. O fato de ele, no processo, infringir leis internacionais é considerado uma vantagem adicional - não um ponto negativo. Por outro lado, os nacionalistas odeiam Angela Merkel,

premiê da Alemanha, e Justin Trudeau, premiê do Canadá, vistos como moralistas internacionalistas, irremediavelmente ingênuos na questão decisiva da imigração.

Esse nacionalismo não está confinado ao Ocidente. Em Nova Déli, recentemente, tive uma longa conversa com Jayant Sinha, ministro de Aviação Civil. Ele argumentou que o governo do premiê Narendra Modi rejeita o universalismo, em favor da defesa da cultura única da Índia. "As pessoas sentem que sua herança está sofrendo um cerco", disse. "Nesse sentido, fazemos parte de uma narrativa mundial."

Muitos internacionalistas liberais acham difícil aceitar que os nacionalistas estão avançado porque estes têm, em parte, algumas percepções políticas genuínas. A ênfase na importância do Estado-nação claramente encontra eco nos eleitores. A exigência de um controle mais rigoroso da imigração ilegal flui naturalmente a partir dessa ideia - uma vez que a questão de quem tem direito a ter cidadania é central para a identidade nacional. Os nacionalistas europeus, como Salvini, Orban e o britânico Nigel Farage souberam se aproveitar das queixas de que a UE assumiu muito dos poderes tradicionais dos países e que controla tudo, do déficit público nacionais aos direitos dos cidadãos.

As exigências centrais dos novos nacionalistas, como controle da imigração ou protecionismo, têm lugar legítimo na política democrática. Mas as políticas adotadas por eles quando chegam ao poder rapidamente se ramificam em direções terríveis, como a detenção de crianças imigrantes nos EUA ou a exigência de Salvini de expulsão em massa dos ciganos da Itália.

Um problema fundamental é que a ênfase nacionalista no Estado-nação costuma ter fortes elementos raciais e culturais. Uma vez que se começa a ver os forasteiros como menos dignos que os compatriotas - na verdade, como pessoas que "infestam" sua nação (nas palavras de Trump) - então, fica mais fácil tratá-los brutalmente.

Um segundo problema é que os novos nacionalistas muitas vezes ignoram a complexidade do mundo moderno. As regras globais não são simplesmente produto de preferências ideológicas de uma elite globalista sem amarras. Elas são os meios necessários para regular as interações dos países em quase tudo, do comércio exterior a viagens. Elimine todas essas leis internacionais detalhistas e estaremos no caminho da anarquia, guerra comercial - ou de uma guerra real.

Então, embora os nacionalistas tenham feito causa comum atacar seus inimigos liberais internacionalistas pelo mundo, os "nacionalistas internacionais" são intrinsecamente instáveis. Um mundo no qual Estado-nações se veem, acima de tudo, como rivais é um mundo que está pronto para o conflito.

IIF alerta para impacto nos emergentes

Valor Econômico - 26/06/2018

As tensões entre os EUA e a China no comércio poderão afetar diretamente os países emergentes, alertou o Instituto Internacional de Finanças (IIF, na sigla em inglês) em relatório divulgado ontem.

O IIF apontou que a recente escalada da tensão comercial entre as duas maiores economias do mundo tende a dificultar as exportações em vários países, com destaque para os emergentes. Outra dificuldade estaria na recente alta global do dólar. O IIF observa que alguns países, como a Argentina, a Polônia e a Hungria, têm níveis elevados de dívida em moeda estrangeira. "Essas preocupações podem superar os benefícios esperados da desvalorização cambial para ações voltadas à exportação."

O IIF advertiu que, embora os fluxos para as ações de emergentes tenham sido mais fortes e mais resistentes do que os dos bônus no acumulado do ano, eles também se tornaram negativos nas últimas semanas. Desde abril, "os resgates de US\$ 9 bilhões dos fundos de ações de mercados emergentes reduziram quase 1% das alocações para esta classe de ativos. Agora, está em apenas 12,7% dos ativos globais de fundos de ações", diz o relatório.

BC da China se prepara para guerra comercial

Valor Econômico - 26/06/2018

O banco central da China (PBoC) cortou o índice de exigência de reserva dos bancos (RRR), que equivale ao depósito compulsório, num claro sinal de flexibilização de sua política, seja para dar um impulso à economia já em desaceleração, seja para prevenir impactos negativos possíveis com o acirramento da retórica de guerra comercial pelo governo dos Estados Unidos.

Foi o segundo corte do ano, agora de 0,5 ponto percentual, em vigor a partir de 5 de julho, que levará a taxa a uma média de 15,5% para quase todos os bancos. Em abril, o corte do RRR foi de 1 ponto, o que liberou o equivalente a US\$ 200 bilhões no sistema financeiro, mas com a característica de ser totalmente direcionado: substituir empréstimos de um ano que estavam vencendo à época. Desta maneira, não implicou aumento de liquidez no sistema.

Desta vez, o sinal é diferente. Da liberação de 700 bilhões de yuans (US\$ 100 bilhões), cerca de 500 bilhões (US\$ 77 bilhões) serão liberados dos cinco maiores bancos estatais e de outros 12 bancos nacionais de participação acionária e serão utilizados para o programa "debt-equity swap" - troca de dívidas inadimplentes ou de baixa qualidade por participação acionária das empresas que as contraíram.

Como resultado, os bancos tiram do balanço essas operações e liberam espaço para ofertar crédito novo - o que é uma expansão líquida de liquidez.

Mas o discurso de saneamento do setor financeiro não foi mudado pelo governo chinês, que diz continuar perseguindo a desalavancagem do setor financeiro como forma de inserir cada vez mais o país no mercado global.

Mas no mercado sobram críticas a respeito desse programa. O Nomura, por exemplo, alerta que permitir que os bancos participem do programa de troca de dívida "foi bastante controverso, pois poderia prejudicar a adequação de capital das instituições". Isso porque os bancos podem cancelar uma grande quantidade de empréstimos ruins em troca de participações de capital pouco valorizadas".

Os outros 200 bilhões de yuans serão destinados ao apoio a pequenas e médias empresas, de acordo com o BC chinês.

O sinal expansionista visto pelos analistas deve ser confirmado num próximo corte do RRR em breve. Atualmente essa medida não necessariamente representa um afrouxamento monetário, porque a taxa de juros de referência da política do BC da China é a interbancária. "Se o PBoC quiser que as taxas interbancárias permaneçam estáveis, a injeção de liquidez resultante de um corte de RRR acaba sendo absorvida por outros meios", diz a Capital Economics.

Outras ações que podem ser tomadas pelo BC chinês citadas por analistas são, por exemplo, aumentar as cotas dos empréstimos bancários comerciais; elevar os gastos fiscais dos governos central e local, sustentados pela emissão mais rápida de títulos soberanos e do governo local; não seguir o Federal Reserve (Fed, o BC americano) apertando a política, como outros países emergentes vêm fazendo.

‘Na nossa cultura, nós revidamos’, diz Xi

O Globo - 26/06/2018

Em mais um sinal da escalada na tensão da disputa comercial entre os Estados Unidos e a China, o presidente chinês, Xi Jinping, mandou um recado para seu par americano, Donald Trump: no país asiático, responde-se às agressões, segundo noticiou o jornal "The Wall Street Journal", citando fontes.

Em um encontro com 20 diretores executivos estrangeiros — a maioria europeus e americanos — na semana passada, Xi afirmou, de acordo com o diário americano:

“No Ocidente, vocês têm a noção de que, se alguém te bate na face esquerda, você dá a outra face”, disse Xi, no relato das pessoas com conhecimento de suas falas. “Na nossa cultura, nós revidamos”. CENSURA E PRISÃO No domingo, para dar fôlego às empresas para competirem na iminente guerra comercial, Pequim reduziu a exigência de reservas de alguns bancos, o que vai liberar 700 bilhões de yuans (US\$ 108 bilhões) de liquidez.

No dia 15, Trump aprovou US\$ 50 bilhões de tarifas a produtos do país asiático, o que fez com que a China promettesse retaliar na mesma medida. Posteriormente, Trump ameaçou aplicar mais US\$ 200 bilhões em tarifas e dobrar esse montante caso os chineses resolvessem revidar.

Mas os próprios chineses já perguntam abertamente se a China está pronta para a briga, em um questionamento direto e atípico. Nas últimas semanas, acadêmicos de destaque passaram a expressar dúvidas publicamente sobre a capacidade da economia chinesa — dependente do comércio internacional — de suportar um ataque consistente dos EUA.

Esses sentimentos estão se manifestando em artigos que circulam pela internet. Segundo representantes ministeriais e diplomatas, a questão também está em pauta nos corredores do governo. Essas opiniões vão além do que é aceitável em um país onde dissenso pode provocar censura ou até prisão. RESTRIÇÃO A INVESTIMENTO CHINÊS “Aparentemente, autoridades chinesas não estavam psicologicamente preparadas para a fricção ou guerra comercial que se aproxima”, afirmou à Bloomberg Gao Shanwen, economista-chefe da Essence Securities, corretora sediada em Pequim que tem estatais entre seus maiores acionistas. “Visões contrárias à China estão se tornando consenso entre o público dos EUA e o partido dominante”.

O Departamento do Tesouro planeja elevar o escrutínio sobre investimentos chineses em setores sensíveis nos EUA, sob uma lei emergencial, o que pode pôr a guerra comercial entre os dois países numa rota irreversível.

Pelo plano, a Casa Branca declararia uma ameaça à segurança econômica e nacional os investimentos chineses em empresas americanas envolvidas em tecnologias como veículos movidos a novas energias, robótica e aeroespacial, contaram à Bloomberg oito pessoas com conhecimento dos planos.

O secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, que tem feito pressão dentro do governo por um acordo negociado para as disputas comerciais com a China, negou em um tuíte ontem que as medidas tenham como alvo o país asiático, chamando os informes sobre o caso de “notícias falsas”. Ele descreveu as restrições a serem anunciadas no fim desta semana como “não específicas à China, mas a todos os países que estejam tentando roubar nossa tecnologia”.

O Ministério do Comércio da China não respondeu ao pedido de comentário da Bloomberg sobre os planos americanos.

Macri enfrenta sua terceira greve geral

O Globo - 26/06/2018

O governo do presidente argentino, Mauricio Macri, enfrentou ontem a terceira greve convocada pela Central Geral de Trabalhadores (CGT), que, mais uma vez, conseguiu paralisar boa parte do país, principalmente, pela adesão quase total do setor de transportes. O custo para a economia, de acordo com cálculo do ministro da Fazenda e Finanças, Nicolás Dujovne, foi de US\$ 1 bilhão.

A paralisação durou 24 horas, e, por enquanto, os principais sindicatos argentinos não informaram como continuará a agenda de protestos contra o governo Macri, que vem enfrentando um panorama complicado em várias frentes. Nas últimas semanas, o peso se desvalorizou em torno de 40% frente ao dólar, e, desde janeiro passado, o Banco Central da República Argentina (BCRA) perdeu cerca de US\$ 12,5 bilhões em reservas para conter uma corrida cambial. As turbulências nos mercados e o encarecimento do financiamento externo levaram a Casa Rosada a negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que liberou um empréstimo de US\$ 50 bilhões. A paralisação questiona o acordo com o FMI, o tarifaço de serviços e exige renegociações salariais livres. **MACRI NAS REDES SOCIAIS: 'AQUI SE TRABALHA'** Com uma inflação anual estimada em até 30%, o governo impôs um teto de 15% aos reajustes salariais e, somente na semana passada, na tentativa de frear a greve, concedeu 5% adicionais. Ontem, uma das principais demandas foi a de realizar renegociações livres, sem teto.

Lideranças sindicais comemoraram o resultado do protesto.

— A greve teve uma contundência fenomenal em todo o país — declarou Juan Carlos Schmid, um dos principais dirigentes da CGT.

Durante a tarde, Macri divulgou nas redes sociais um vídeo no qual aparece entrando na Casa Rosada e afirmando que “aqui se trabalha”. O governo tentou deslegitimar a greve, acusando os sindicatos de estarem boicotando a recuperação da economia, que, este ano, segundo projeções de empresas de consultoria locais, não chegaria a crescer sequer 2%.

— As medidas implementadas pelo governo estão afetando seriamente trabalhadores, pequenas e médias empresas, comércios, economias regionais e setores vulneráveis. São necessárias correções urgentes — disse Schmid.

Os sindicatos exigiram, ainda, medidas para recuperar o mercado de trabalho, entre outras demandas. Em entrevista a um canal de TV local, o líder do sindicato dos caminhoneiros, Hugo Moyano, pediu ao presidente que “ouça o povo”.

— Quem nunca passou necessidade não entende o que está acontecendo. Antes, pelo menos, todo mundo comia, agora, tem gente passando fome — declarou Moyano.

O encarregado de responder aos ataques do sindicalista foi o ministro do Trabalho, Jorge Triaca:

— Temos consciência das necessidades, mas, para muitos, esta greve tem peso político.

França e oito países da Europa lançam força de intervenção rápida

O Globo - 26/06/2018

A França anunciou ontem o lançamento, com mais oito países europeus, de uma força de intervenção rápida capaz de reagir a crises próximas da fronteira europeia independentemente da Otan, a aliança militar liderada pelos EUA e da qual faz parte a maioria dos Estados da Europa. A denominada Iniciativa Europeia de Intervenção vai operar fora da estrutura da União Europeia (UE) e incluirá o Reino Unido, no que é considerado uma forma de manter Londres como um aliado-chave, mesmo após o Brexit.

— Nossa convicção é que os europeus devem ser fortes, capazes de proteger a si mesmos e a sua soberania — disse a ministra da Defesa da França, Florence Parly, em uma cerimônia em Luxemburgo na qual Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Dinamarca, Estônia, Holanda, Espanha, Portugal e França assinaram uma carta de intenções para a criação da iniciativa.

Parly explicou que o objetivo é desenvolver a cooperação entre “países politicamente voluntários e militarmente capazes de intervir se for necessário”. Ela ressaltou que as intervenções não teriam apenas objetivos militares, citando a força-tarefa criada por França, Reino Unido e Holanda depois da passagem do furacão Irma pelo Caribe, em setembro de 2017.

A Itália também havia aprovado o projeto, mas “o novo governo italiano precisa de tempo para examinar todas as opções”, afirmou a ministra.

O anúncio coincide com um momento de tensão nas relações entre os EUA e seus aliados europeus, que vêm tendo divergências crescentes e barulhentas em relação a questões como o acordo nuclear com o Irã, o aquecimento climático e o comércio internacional. O presidente americano, Donald Trump, também vinha cobrando dos europeus mais gastos com defesa. A ministra Parly reconheceu que a iniciativa liderada pela França é em parte uma resposta a Trump.

O presidente francês, Emmanuel Macron, propôs a ideia da força de intervenção rápida em setembro passado. Mas ela foi recebida com ceticismo, já que os países da UE já haviam concordado com um acordo de defesa, chamado de Cooperação Estruturada Permanente, que prevê o desenvolvimento conjunto de armamentos e da capacidade defensiva do bloco. O governo francês, no entanto, estava insatisfeito com o perfil desse acordo, e optou por avançar com os oito países no campo que mais lhe interessa: missões militares no exterior.

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, saudou o anúncio da criação da força de intervenção, dizendo que ela ajudaria a modernizar as Forças Armadas europeias e a mobilizá-las mais rapidamente. EQUIPAMENTOS DETERIORADOS Governos europeus — ridicularizados por Trump por

reduzirem gastos militares após a Guerra Fria — enfrentam o desafio de resolver a deterioração de equipamentos militares.

“A maioria dos nossos aliados tem Forças Armadas que, embora pareçam impressionantes a olho nu, estão em péssima forma. E eu incluo aqui até as que estão bem, como as britânicas e francesas. Ambas são subfinanciadas”, disse em entrevista recente ao GLOBO Barry Posen, diretor do Programa de Estudos de Segurança do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Aumentam os gastos no exterior

Correio Braziliense - 26/06/2018

O gasto de brasileiros em viagens internacionais totalizou US\$ 1,6 bilhão em maio de 2018, conforme dados divulgados pelo Banco Central (BC). O montante é 7,95% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, quando os turistas desembolsaram US\$ 1,4 bilhão em passeios por outros países. Nos cinco primeiros meses do ano, o crescimento é ainda maior. Os viajantes já gastaram US\$ 8 bilhões, valor 10,84% superior ao registrado entre janeiro e maio de 2017. No mesmo período do ano passado, os viajantes haviam desembolsado US\$ 7,2 bilhões na mesma base de comparação.

UE e China discutem comércio

Correio Braziliense - 26/06/2018

A União Europeia (UE) e a China anunciaram ontem a formação de um grupo de discussões sobre relações econômicas e comerciais, subsídios governamentais e outras políticas para preservar o apoio ao comércio internacional. A comunidade europeia e o país asiático ainda se comprometeram a se opor ao protecionismo que pode levar o mundo à recessão.

O vice-primeiro-ministro chinês, Liu He, principal conselheiro econômico do presidente Xi Jinping, disse, após o encontro, que a China e a UE concordaram em defender o sistema de comércio multilateral após um encontro ocorrido ontem em Pequim.

A declaração foi feita durante entrevista coletiva com o vice-presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, em um momento em que os dois lados se preparam para enfrentar as ameaças tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. “O unilateralismo está em ascensão e surgiram tensões comerciais em grandes economias. A China e a UE se opõem firmemente ao unilateralismo e ao protecionismo comercial e creem que essas ações podem trazer recessão.

Uma nova reunião entre as partes deve ocorrer em 12 e 13 de julho, em Pequim. China e UE querem impulsionar um ambicioso acordo global entre eles, tanto em termos de liberalização do investimento quanto de proteção.

Regras OMC

O país asiático e o bloco comercial ainda afirmaram que apoiam o sistema de comércio multilateral baseado em regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A UE e a China ainda concordaram em criar um grupo de trabalho para cooperar concretamente na reforma para ajudar a OMC a enfrentar novos desafios e desenvolver novas regras em áreas-chave relevantes para o campo de atuação global, como os subsídios industriais.

Katainen disse que a ação unilateral de Trump em disputas sobre aço, política de tecnologia da China e outras questões destacaram a necessidade de modernizar as regras da OMC, levando a organização a refletir sobre a evolução da economia mundial. “Estou confiante de que as trocas que tivemos com o meu novo colega, Liu He, serão úteis na preparação do caminho para uma cúpula bem-sucedida entre a União Europeia e a China. No campo econômico e comercial, estou particularmente satisfeito com o progresso alcançado em nossas negociações de investimento e aguardo com expectativa a troca de ofertas na cúpula”, disse.

China aplica US\$ 100 bilhões na América Latina em 13 anos DCI - 26/06/2018

Os investimentos da China na América Latina totalizaram US\$ 110 bilhões entre 2003 e 2016 e continuarão em expansão nos próximos anos. É o que afirma a Moody's Investors Service, em relatório.

Isso deve ocorrer pela alta qualidade das matérias-primas, necessidades de infraestrutura e tendências demográficas favoráveis.

No entanto, embora estes investimentos tragam oportunidades, eles também aumentam alguns riscos. Se, em um primeiro momento, os investimentos chineses na América Latina miravam recursos naturais, com o passar dos anos eles tornaram-se altamente diversificados, variando de matérias-primas a serviços, incluindo serviços financeiros.

Apesar de variarem na forma (investimento estrangeiro direto ou empréstimos) o fluxo de recursos da China para a América Latina continua aumentando, com impactos distintos entre a região.

“Os empréstimos chineses para governos e companhias estatais latino-americanos têm beneficiado especialmente os países com acesso limitado à financiamentos”, afirma Marianna Waltz, diretora da Moody's para finanças corporativas na América Latina.

“No entanto, a dependência de crédito altamente discricionário introduz elementos potencialmente adversos para os perfis de crédito de alguns

soberanos, tais como maior nível de endividamento e balança comercial mais fraca, o que eleva, em consequência, o risco de refinanciamento”.

Setores

Entre 2005 e 2016, a China emprestou cerca de US\$ 222 bilhões para governos da América Latina e do Caribe, dois quais aproximadamente metade foram destinados a projetos de infraestrutura e um terço, para projetos de energia, afirma Waltz. Desde 2015, as companhias chinesas investiram mais de US\$ 20 bilhões nos setores de eletricidade, saneamento e transporte na região.

Guerra comercial entre países abala índices de ações dos EUA

DCI - 26/06/2018

Uma crescente disputa comercial entre os Estados Unidos e outras importantes economias abalaram os índices acionários dos EUA ontem, dando ao S&P 500 e ao Nasdaq suas perdas mais acentuadas em mais de dois meses. O índice Dow Jones caiu 1,33%, a 24.253 pontos, enquanto o S&P 500 perdeu 1,37%, a 2.717 pontos. O índice de tecnologia Nasdaq recuou 2,09%, a 7.532 pontos. O Dow Jones encerrou a sessão abaixo de sua média móvel de 200 dias pela primeira vez desde junho de 2016.

O S&P 500 chegou a cair até 2% no início do dia após notícias de que o Departamento do Tesouro dos EUA estava estudando restrições que poderão impedir empresas com ao menos 25% de controle chinês de comprar empresas de tecnologia dos EUA.

O secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, disse ontem, pelo Twitter que, irá colocar restrições, não somente à China, mas a todos países que estão tentando “roubar a tecnologia” do país. Os principais índices de Wall Street apenas limitaram perdas depois do assessor de comércio da Casa Branca, Peter Navarro, indicar uma postura menos dura sobre barreiras, durante uma entrevista à CNBC.